

A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - BRASIL.

Bernardo Mançano Fernandes¹

**Em memória de Fusquinha e Valentin -
membros do MST - assassinados por
pistoleiros, a mando de latifundiários,
em 27 de março de 1998.**

As transformações recentes na agricultura brasileira e a luta pela reforma agrária.

O Brasil conheceu uma intensa transformação em sua agricultura no período de 1965 a 1985. Nessas décadas de ditadura, os governos militares implantaram uma política de desenvolvimento agropecuário para a modernização do campo. Esse modelo causou transformações profundas, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Essas transformações geraram, de um lado, a modernização tecnológica financiada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, de modo que a agricultura passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos, consolidando o processo de industrialização da agricultura e promovendo o crescimento das relações de trabalho assalariado. Por outro lado, o campo brasileiro foi transformado em espaços de conflitos intensivos, pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas. Esse modelo de modernização conservou a secular concentração da estrutura fundiária, intensificando a histórica luta pela terra e criou uma crise política que persiste até os dias de hoje.

Alguns dos fatores da crise desse modelo são, por exemplo: a não realização da reforma agrária; a concentração do poder político nas mãos da bancada ruralista²; a política de privilégios à agricultura capitalista e a conseqüente destruição da agricultura camponesa; a rápida e violenta transformação do campo brasileiro com a expulsão e a expropriação de milhões de famílias, que migraram para as cidades por e para diferentes regiões brasileiras; o surgimento de milhões de famílias sem-terra; a extrema violência com que são tratados os conflitos fundiários; a persistência de empresários rurais na utilização do trabalho escravo; a concepção tecnicista e economicista de desenvolvimento da agricultura; o crescimento contínuo da violência no campo e os diferentes problemas ambientais causados pela intensa exploração agrícola etc.

Ainda, outros fatores que impulsionaram esse modelo de modernização foram: o avanço da industrialização e do crescimento urbano; o intenso processo de transformação de

¹ - Geógrafo, professor e pesquisador. É coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária do Departamento de Geografia da FCT/Unesp, campus de Presidente Prudente - São Paulo - Brasil. (E - Mail: bmf@prudente.unesp.br).

² - A bancada ruralista é composta por deputados e senadores que defendem os interesses dos latifundiários e do setor patronal da agropecuária.

sua estrutura produtiva; as quantidades crescentes de créditos agrícolas que financiaram a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura; o desenvolvimento do comércio agrícola com a expansão do mercado interno; a mundialização da economia; o protecionismo por meio de subsídios fiscais destinados a projetos agropecuários; a liberação de mão-de-obra para a agricultura capitalista com o êxodo rural etc.

Os conjuntos de fatores apresentados servem para a reflexão sobre a realidade insustentável do campo brasileiro. Hoje somos o país com o segundo maior índice de concentração de terras do mundo³. Perdemos apenas para o Paraguai. Também consta nos relatórios das Nações Unidas e do Banco Mundial, que o Brasil é o país de maior nível de desigualdade social do mundo. Outro título nada recomendável que possuímos é o de estarmos entre os campeões mundiais de analfabetismo. Evidentemente que a concentração de terras possui relação com outras disparidades da sociedade: a concentração da renda, a concentração do mercado etc. Nessa realidade, 30 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza absoluta e a fome é um dos maiores problemas que precisamos enfrentar.

O regime militar e sua política de desenvolvimento agropecuário.

Com o objetivo de acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo, incentivando a reprodução da propriedade capitalista, os governos militares criaram as condições necessárias para o desenvolvimento de uma política agrária, privilegiando as grandes empresas, via incentivos financeiros, que passavam a se ocupar da agropecuária. Para entender a origem dessa política é preciso considerar que o golpe militar de 1964 teve, entre outros objetivos, a finalidade de isolar parcialmente, de um lado, o poder dos coronéis latifundistas e, do outro lado, impedir totalmente o crescimento das lutas dos camponeses, que vinham construindo suas formas de organização, principalmente a partir de meados da década de cinquenta.

Mesmo isolando essas forças políticas e, principalmente, a participação dos camponeses, a política agrária da ditadura militar contava com um projeto de reforma agrária, denominado de Estatuto da Terra, que havia sido definido, pouco antes do golpe, pelo grupo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O grupo do IPES/IBAD era composto por um complexo político-militar que congregava vários intelectuais: escritores, jornalistas, advogados etc. O Estatuto da Terra jamais seria implantado, foi uma quimera. Para viabilizar a sua política, o Estado manteve a questão agrária sob o controle do poder central, impossibilitando o acesso à terra aos camponeses, à propriedade familiar, e possibilitando o acesso aos que tinham o interesse de criar a propriedade capitalista. Nessa condição, o Estatuto da Terra revelou-se um instrumento estratégico e contraditório para controlar as lutas sociais, desarticulando os conflitos por terra, porque tinha um projeto de reforma agrária como argumento para resolver os conflitos fundiários, mas como esse projeto não se realizava, a luta pela terra se intensificava. Exemplo concreto é que as únicas desapropriações efetuadas foram tentativas de diminuir os conflitos, sendo que durante o período de 1965 até 1981, foram realizados, em média, 8 decretos de desapropriação por ano contra pelo menos 70 conflitos por terra ao ano.

³ - Ver Informe Sobre Desarrollo Humano 1993. Madri: ONU/PNUD, 1993, p. 35.

Com o objetivo de administrar o problema da terra sem tocar na estrutura fundiária, na gestão do general Costa e Silva (1966-1969), o problema da terra transformou-se num problema militar.

Para executar seu plano, o governo militar criou o discurso dos "espaços vazios" do território brasileiro. Em sua manifestação nacionalista, propõem, então, levar os camponeses sem-terra para a Amazônia. Mas, sob o lema de "integrar para não entregar", as terras da Amazônia "sem homens" que deveriam ser destinadas para "os homens sem-terras" foram praticamente entregues às grandes empresas capitalistas beneficiadas pela política de incentivos fiscais.

Em seu encaminhamento político, os governos militares utilizaram da bandeira da reforma agrária, via projetos de colonização, na promessa de solucionar os conflitos sociais no campo, atendendo assim aos interesses do empresariado nacional e internacional. Como o objetivo era a colonização e não a reforma agrária, o problema da terra jamais foi resolvido com os projetos de colonização na Amazônia, pois o que estava por trás deste processo era uma estratégia geopolítica de exploração dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais/internacionais. Dessa forma, o envolvimento das Forças Armadas, do Estado autoritário, garantiram aos grandes grupos econômicos a exploração da Amazônia.

Ainda, em 1968, o governo Costa e Silva interveio militarmente no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) criado em 1965, juntamente com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), para substituir a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), criada no governo democrático de João Goulart (1961 - 1964). A razão da intervenção foi um relatório preparado pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre denúncias de corrupção, *grilagens*⁴ e venda de terras a estrangeiros. Contudo, a intervenção militar era uma "fachada moral" que escondia uma estratégia geopolítica, onde os grupos internacionais e nacionais construía condições políticas para o controle das riquezas naturais do país. Em 1969 o governo criou o Grupo Interministerial de trabalho sobre a Reforma Agrária (GERA) para analisar os problemas que impediam o desenvolvimento de medidas de reformulação fundiária (sic).

Esta ação representou o direcionamento da política agrária do Estado, que procurava fortalecer o setor patronal da agricultura, por meio de políticas de incentivos fiscais. Nessa época, o governo militar beneficiou vários grandes grupos empresariais que "adquiriram", nas regiões Centro-Oeste e Norte, imensas áreas de terra para projetos de colonização e projetos agropecuários. Dessa forma, os governos militares com sua política agrária praticavam mudanças no campo sem modificar o regime de propriedade da terra.

Em 1970, o governo militar, para continuar viabilizando a sua política agrária, fundiu e acabou com o IBRA e o INDA e criou o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essa mudança representou o fortalecimento dos grandes grupos econômicos que controlavam os projetos de colonização. Os projetos estavam contidos no Programa de Integração Nacional (PIN), criado neste mesmo ano. Com a criação deste programa,

⁴ - Grilagem é uma arte política, utilizada historicamente pelos latifundiários brasileiros. É um processo de falsificação de documentos oficiais, que "certificam" a propriedade da terra.

"o governo do General Médici iniciou uma campanha ufanista atravessada pelo "falso nacionalismo" de que era necessário "integrar a Amazônia para não entregá-la aos estrangeiros". Era o início das campanhas do Projeto Rondon: "Integrar para não entregar". Era enfim um período em que a sociedade foi massacrada pela propaganda feita pelos veículos de comunicação de massa (TV, rádio, jornais, revistas, etc.). Estas propagandas eram veiculadas de modo a encobrir a verdadeira intenção deste governo, que era aquela de não interferir no processo de aquisição de terras por estrangeiros, ao contrário, alimentá-lo ainda mais, através da política dos projetos agropecuários. Estes projetos aprovados pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) passavam a interessar ao desenvolvimento econômico nacional e, portanto, não precisariam enquadrar-se na nova legislação sobre a venda de terras a estrangeiros. Dessa forma, os grupos estrangeiros poderiam adquirir quanta terra desejassem. Veja-se, por exemplo, a Suiá-Missu (em São Félix do Araguaia - MT) vendida para o grupo Liquifarm, com os seus 450.000 ha. oficialmente registrados no Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA), sendo que outras fontes falam em sua superfície de 670.000 ha. Outro exemplo é a Cia. Vale do Rio Cristalino, pertencente à Volkswagen, com mais de 140.000 ha (Oliveira, 1988c, p. 63/64)".

Em 1971, incrementando a sua estratégia geoeconômica, o governo militar criou, ainda, o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA).

Esses Programas viriam a intensificar o processo histórico da concentração fundiária no Brasil. Nas palavras de Carlos Lorena: "a estrutura agrária concentradora, viciosa, que desde o tempo das capitânicas hereditárias, passando pelas ordenações do Reino, pela Lei das Sesmarias, pela Lei de Terras de 1850, até hoje, tem sido sempre conservada e agravada, chegando-se ao máximo nos últimos 20 anos" (Lorena, 1988, p. 42).

Investindo no processo de agravamento de concentração da terra, os governos ditatoriais gerenciaram a questão fundiária reprimindo brutalmente as lutas por terra. Para os militares era fundamental desmobilizar toda e qualquer forma de organização política dos trabalhadores rurais, criando assim um vazio político necessário para viabilizar o seu projeto de reforma no campo. Esse foi um fator estratégico da elaboração e aplicação do Estatuto da Terra. Outro fator que influenciou a ação política do Estado, foi a *guerrilha do Araguaia*⁵. O Governo Militar tratou a guerrilha com uma dimensão de perigo que ela não possuía. Era de conhecimento dos órgãos de inteligência que havia um grande distanciamento ideológico entre os guerrilheiros e os camponeses. Mesmo assim, como consequência e aproveitando dos fatos, os militares tomaram decisões significativas e amplas para implementar a sua política agrária. Dessa forma, em 1972/73, com a liquidação da guerrilha, o governo militar trocou algumas pessoas favoráveis à medida de reforma agrária que ocupavam cargos em ministérios, por pessoas contrárias à reforma e a favor da implantação da grande empresa no campo.

⁵ - Guerrilha do Araguaia foi um foco de luta armada organizado por um grupo de militantes de Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1972, realizada na porção oriental da Amazônia brasileira. O governo militar extinguiu a guerrilha, enviando dez mil soldados para combater 70 guerrilheiros, que resistiram por três meses.

É a partir dessa mudança na política fundiária que se inicia a implantação dos projetos agropecuários por grandes empresas na Amazônia. No Centro-Sul e Nordeste, desenvolve - se uma rápida industrialização da agricultura. A política de privilégios ao capital monopolista, em diferentes setores da agricultura, acentua a concentração de terras, a expropriação e a exploração. Diante dessa realidade, os conflitos por terra se multiplicaram. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) cadastra em 1979, 715 conflitos, sendo que 88,1% começaram a partir de 1973. Esses conflitos estavam distribuídos por todo o País.

Em 1980, o governo militar criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (GEBAM), para ocupar o espaço vazio criado pela repressão ao crescimento das forças políticas de luta pela terra e, também, pelo confisco do poder das oligarquias regionais, do poder local dos coronéis, excluídos da política econômica e fundiária.

A aliança governo militar/empresários precisava de sustentação do poder local para a realização de sua estratégia geopolítica de controle do território. Era assim que a aliança pretendia, de forma hegemônica, controlar o território: primeiro militarmente, depois economicamente. Desse modo, a aliança aliou e cooptou os agentes do poder tradicional, na repressão contra as formas de organização dos trabalhadores rurais que ressurgia através da ação sindical e da ação pastoral da Igreja Católica. A manutenção de um vazio político no campo era condição necessária para que a aliança pudesse desenvolver o seu projeto econômico. Para contribuir com o seu desenvolvimento, o governo criou algumas instituições com o objetivo de controlar os espaços vazios de poder. É o caso Ação Cívico Social (ACISO), criada pelo Exército na época do combate à guerrilha, da Operação Rondon criada pelos militares através do Ministério do Interior, e o MOBREAL: projeto de alfabetização criado pelo poder central com o objetivo de controlar as comunidades no campo.

Assim o governo militar realizou os objetivos de sua política agrária, promovendo a modernização tecnológica no campo sem mexer na estrutura fundiária, valorizando as terras apropriadas pela burguesia agrária e criando uma reserva de força de trabalho. Por fim, com os projetos de colonização, transferiu parte da população expropriada para a Amazônia. Conforme Oliveira, 1988b, p. 74: "Era preciso levar trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da "Operação Amazônia", pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho". Para efetivar esse objetivo, os empresários contaram com a total tolerância do Estado, e não pouparam medidas violentas contra os posseiros e os índios que resistiam a essa política. Com a garantia das Forças Armadas e com o consentimento do Estado, os grupos econômicos contratavam pistoleiros para expulsar índios e posseiros. Neste período de nossa história vieram se somar outros tantos assassinatos e genocídios que foram registrados por diversos trabalhos que denunciaram essa violência.⁶

⁶ Entre outros estão os trabalhos da CPT - Comissão Pastoral da Terra (que publica anualmente seus trabalhos denunciando a violência no campo). Vale destacar as pesquisas de Vanucchi Leme e Pietrafesa - "Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964-1985). Publicação do MST. São Paulo, 1986; Anistia Internacional - *Brasil: violência autorizada nas áreas rurais*. Publicação da Anistia Internacional. Londres, 1988; MIRAD/CCA - *Conflitos de Terra*. Brasília, 1986.

A implantação dessa política agrária resultou na manutenção dos latifúndios existentes e na criação de inúmeros latifúndios, especialmente, na Amazônia. Outros resultados foram: a disseminação da agroindústria nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, através da monocultura para exportação (soja, laranja, etc.) e da cana de açúcar para produção do álcool. Esse processo intensificou a concentração de terras e a expropriação dos lavradores que, impossibilitados de reproduzir a agricultura familiar, migraram em direção à Amazônia e em maior número para as cidades.

A lógica da militarização da questão agrária foi manter o controle do Estado sobre os conflitos por terras e sobre as *terras devolutas*⁷. Para realizar esta estratégia, o poder central manteve a federalização dessas terras e do problema da terra. Nessa lógica, em 1982, o governo militar cria o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), convidando um general para continuar controlando um histórico problema nacional: a terra.

Durante as duas décadas em que os governos militares estiveram no poder, garantiram a apropriação, por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número e da extensão dos latifúndios. Financiaram as mudanças na base técnica de produção, a partir dos incentivos criados e do crédito subsidiado pela sua política agrícola. Proporcionaram assim a "modernização" da agricultura e a territorialização do capital no campo. Do outro lado, reprimiram toda e qualquer luta de resistência a sua política. Dessa forma, a estrutura fundiária sofreu alterações profundas, como demonstramos na parte seguinte sobre a intensificação da concentração de terras.

O aumento da intensidade do caráter concentrador da terra.

Para uma idéia mais aproximada da marca da concentração de terras, apresentamos a seguir dois gráficos. O primeiro representa o aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada no período de 1940 até 1970 e o segundo no período de 1970 até 1985. Nos gráficos, é possível visualizar a intensificação da concentração da terra, após a implantação da política de desenvolvimento agropecuário do governo militar.

⁷ - Terras devolutas são terras públicas. No Brasil, a maior parte dessas terras foram griladas, ou seja, tiveram seus documentos falsificados e foram apropriadas por grandes latifundistas. Esse processo também é conhecido por grilagem.

Gráfico 1 - Aumento Percentual do Número de Estabelecimentos e da Área Ocupada Brasil - 1940/70

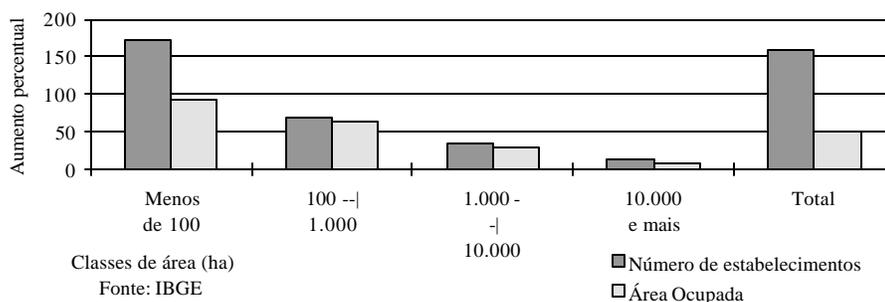
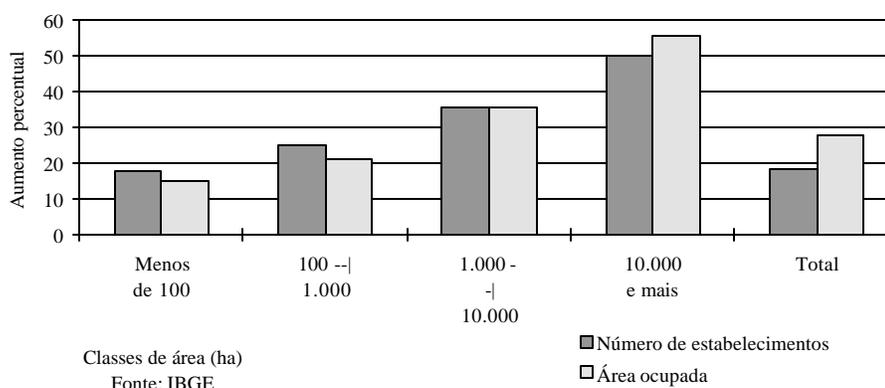


Gráfico 2 - Aumento Percentual do Número de Estabelecimentos e da Área Ocupada Brasil - 1970/85



Confrontando os gráficos 1 e 2, as evidências da intensificação da concentração da terra podem ser observadas nos aumentos percentuais dos números de estabelecimentos e das áreas ocupadas, notadamente, no segundo período.

O aumento da área total dos estabelecimentos no primeiro período, que é de 30 anos, foi de aproximadamente 50%. Observe-se que, os estabelecimentos de até 100 hectares tiveram o maior aumento percentual tanto em número quanto em área, apresentando uma tendência de crescimento do número de pequenas propriedades. Os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares cresceram 70% e sua área aumentou 64%. Observe-se, também, a tendência decrescente do aumento percentual do número dos estabelecimentos da área ocupada das outras classes.

O aumento da área total dos estabelecimentos no segundo período, que, embora seja de 15 anos, foi de 28% e demonstra, em parte, o destino que a política de desenvolvimento agropecuário deu às terras públicas através dos grandes projetos subsidiados. Pode-se observar que, nesse período, iniciou-se uma nova tendência de aumento percentual do número

de estabelecimentos e da área ocupada. O maior aumento percentual foi dos grandes latifúndios. A classe de área que teve maior aumento percentual foi a de mais de 10.000 hectares, que cresceu 55% em área e 50% em número de estabelecimentos, acompanhada pela classe de 1.000 a 10.000 hectares, que teve um aumento de 35%, tanto em área quanto em número de estabelecimentos. Os estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 hectares cresceram, em número, 25% e tiveram a sua área aumentada em 21%. Já os estabelecimentos de menos de 100 hectares tiveram o menor aumento percentual. Cresceram, em número, 18% e tiveram a sua área aumentada em apenas 15%.

Num período de 15 anos, 48.4 milhões de hectares de terras públicas foram transformadas em latifúndios, quase duas vezes a área total do Estado de São Paulo.

De acordo com Oliveira, 1991, neste "paraíso dos latifúndios" temos 50.105 estabelecimentos com mais de 1000 hectares, que representam menos de 1% do número total, controlando 43.9% da superfície agrícola do país, ou seja 164.684.300 hectares. Os estabelecimentos de 100 a menos de 1000 hectares representam 9% do número total (518.618) e controlam uma área de 131.893.557 hectares (35%). Do outro lado, temos 5.252.265 estabelecimentos com menos de 100 hectares, representando 90% do número total, ocupando 21.18% da superfície agrícola.

Estes dados mostram a evidência do aumento da intensidade do caráter concentrador da estrutura fundiária brasileira, durante o regime militar.

Finalmente, para visualizar melhor esse processo de concentração de terras, reforçado pela política agrária do regime militar, basta observar a tabela 1, onde podemos ver a área dos 27 super - latifúndios que ocupam áreas maiores que a de alguns estados brasileiros.

TABELA 1 - OS MAIORES LATIFUNDIÁRIOS DO BRASIL

Classificação e nome	Unidades Federativas	Área (ha)
01 - MANASA - Madeireira Nacional S/A	Amazonas e Paraná	4.140.767
02 - JARI Florestal e Agropecuária Ltda.	Pará	2.918.892
03 - APLUB Agroflorestal da Amazônia	Amazonas	2.194.874
04 - Companhia Florestal Monte Dourado	Pará, Amapá	1.682.227
05 - Companhia de Desenvolvimento do Piauí	Piauí	1.076.752
06 - COTRIGUAÇU - Colonizadora do Aripuanã S/A	Mato Grosso	1.000.000
07- João Francisco Martins Barata	Amapá	1.000.000
08- Manoel Meireles de Queiroz	Acre	975.000
09- Rosa Lima Gomes Amora	Amazonas	901.248
10- Pedro Aparecido Dotto	Acre	804.888
11- Albert Nicola Vitale	Bahia	797.575
12- Antonio Pereira de Freitas	Amazonas	704.574
13- Malih Hassan Eumadula	Amazonas	661.173
14- Moraes Madeira Ltda	Amazonas	656.794
15- INDECO S/A - Int. Desenvolvimento e Colonização	Mato Grosso	615.218
16- Mario Jorge de Medeiros Moraes	Amazonas	587.883
17- Agroindustrial do Amapá S/A	Amapá	540.613
Francisco Jacinto da Silva	São Paulo, Mato Grosso do Sul e Amazonas	460.406
19- Plínio Sebastião Xavier Benfica	Amazonas	452.000
20- Companhia Colonizadora do Nordeste	Maranhão	448.000
21- Jorge Wolney Atalla	Amazonas	436.340
22- Jussara Marques Paz	Amazonas	432.119
23- Adão Medeiros Paz	Amazonas	432.119
24- Adalberto Cordeiro e Silva	Acre	423.170
25- Rômulo Bonalumi	Acre	406.121
26- União de Construtoras S/A	Bahia	405.000
27- MAPEL MAROCHI Agrícola e Pecuária Ltda.	Pará	398.786
Total		25.547.53
		9

Fonte: Cálculos, Tabulação e Idealização do Engº Agroº Carlos Lorena à partir de dados do INCRA. Publicado em "Alguns Pontos de Discussão sobre a Questão da Reforma Agrária: O Caso do Brasil", José Gomes da Silva. (in, Oliveira, 1991: 33).

A luta pela terra, pela reforma agrária e para construir a democracia.

Com a expansão do capitalismo no campo e, conseqüentemente, com a sujeição da renda da terra ao capital, a luta pela terra é, antes de mais nada, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração. Entendendo o desenvolvimento capitalista como desigual e contraditório, compreendemos que o capitalismo não é capaz de conter apenas um modelo de relação social, logo, o trabalho assalariado não é a única via. Desta forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além... vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a conquista da terra de trabalho - a propriedade familiar. Vai em direção à construção da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda: vai em direção à construção de novas experiências realizadas quotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra.

Em meados da década de oitenta, José de Souza Martins escrevia que, com a militarização da questão agrária, os militares tentavam administrar o enorme conflito social que cobria (e cobre) o país inteiro. "Através da militarização, o governo tenta controlar e domesticar o demônio político que ele libertou com a sua política agrária e econômica" (Martins, 1984, p. 15).

As lutas sociais decorrentes da política econômica e fundiária do governo militar surgem com uma realidade completamente nova no campo. Esta realidade carregada de contradições desafia as formas institucionais no período de abertura política.

Assim, neste novo momento, as instituições: Estado, partidos, sindicatos, igrejas, etc., são obrigadas a responder à violência com que a questão agrária tem sido tratada. Durante o regime militar foram assassinados 1.106 trabalhadores rurais, numa luta sangrenta contra a expropriação, a grilagem de terras, contra os *despejos*⁸. violentos, o trabalho escravo, a queima das casas e das lavouras, a exploração dos trabalhadores assalariados e sem direitos, etc. Esses são fatos reais dessa política de desenvolvimento que quis levar o "progresso" para o campo (numa concepção burguesa do termo), que, ao fortalecer uma única forma de relação social, através da violência da cassação dos direitos, promoveu a miséria resultante da expropriação e exploração. Resistindo a essa realidade, os trabalhadores rurais: *posseiros*⁹, sem-terra e assalariados, organizam-se para transformá-la.

Essa realidade se manifesta na cidade, lugar econômico e sobretudo político por excelência do mundo industrializado, onde a necessidade e o sentido da reforma agrária passam a fazer parte dos discursos dos partidos, dos sindicatos e, de certa forma, do Estado. Contudo, aqui se coloca uma questão essencial. No universo urbano, as forças políticas pró-reforma agrária vêm, muitas vezes, esse processo político numa perspectiva economicista, a partir de uma forma contratual. É exatamente aí que está o confronto, porque os trabalhadores rurais

⁸ - Despejo é o termo utilizado para a desocupação de uma área de litígio. A palavra é significativa, pois possui um sentido pejorativo por, de fato, tratar as pessoas como coisas, objetos que possuem menos importância que as terras cercadas.

⁹ - Posseiro é o camponês que possuindo a terra não é proprietário. Para ser proprietário é preciso ter a posse e o domínio, por meio de uma certidão de propriedade.

sem-terra e os *posseiros* não estão negociando dentro da perspectiva do capital, mas sim uma relação que, embora formalmente subordinada ao capital, este não tem o controle real. Sobretudo, porque essa visão exclui as alternativas políticas construídas pelos trabalhadores rurais, que não estão lutando só por melhores condições de trabalho, mas sim para negociar o direito de propriedade, e é por isso que estão ocupando terra, para continuar o seu processo histórico como lavrador, agricultor, camponês, etc., e não como trabalhador assalariado. A luta pela terra, pela propriedade da terra, a luta por um direito de propriedade diverso, não a propriedade capitalista, é a característica fundamental das experiências de resistência, construídas dia-a-dia pelos trabalhadores sem-terra. Mexer no direito de propriedade implica em mudanças de poder. Esta é a essência da questão, porque

a racionalidade econômica e política dominantes correspondem, no Brasil, a um verdadeiro pacto de classes que excluiu da cena política os trabalhadores rurais, como meio de protelar uma transformação no direito de propriedade, que alteraria na raiz as bases de sustentação dos grandes latifundiários, das classes dominantes e da forma brutal que a exploração do trabalho e a acumulação do capital assumem em nosso país. (Martins, 1984, p. 17).

Durante o período da ditadura militar, surgiu um fato inteiramente novo: o espaço de socialização política criado no processo de mudança no interior da Igreja Católica, a partir do final dos anos sessenta. Embora alguns setores da Igreja tenham se envolvido com o golpe de 64, apoiando-o, acreditando que o Estatuto da Terra quebraria as barreiras do latifúndio, permitindo o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida no campo, esta expectativa logo foi abandonada. O que aconteceu de fato foi a implantação da grande empresa capitalista no campo. As mudanças que a Igreja esperava não eram as que o Estado implantava. O tipo de propriedade que o Estado defendia não era o tipo de propriedade que a Igreja estava defendendo. "A Igreja começa a trabalhar o problema não na perspectiva da *acumulação*, mas na perspectiva da *distribuição*. É isso que vai marcar toda a posição dela até hoje, trabalhar com a idéia de pobre e pobreza, e não com a idéia de acumulação que é o que está presente muitas vezes nas posições de partidos políticos de oposição, os partidos de esquerda em geral" (Martins, 1986c, p. 68, grifos do autor).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), surgidas a partir do início dos anos sessenta, foram os lugares sociais onde se constituíram os espaços de reflexão sobre a realidade e, onde se desenvolveram as experiências para a organização dos trabalhadores rurais contra a política agrária em questão. Assim as CEBs representaram, nesses anos, os espaços de confronto, de ponto de partida para a luta organizada contra a política de desenvolvimento agropecuário implantada. É desses espaços que vão surgir os novos sujeitos que se politizam e começam um processo de construção de novas formas de organização social. Ao mesmo tempo, com o crescimento das Comunidades Eclesiais de Base, alguns religiosos: padres, seminaristas, bispos e também os trabalhadores rurais começaram a sofrer a perseguição do Estado autoritário.

Assim, no final da década de setenta, em diferentes pontos do país as ocupações de terra se intensificam, surgindo inúmeros movimentos sociais no campo com diversas

denominações. Nos dois primeiros anos da década de oitenta, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) registra 1.363 conflitos por terra¹⁰. A maior parte das lutas iniciadas pelos movimentos sociais conta com o apoio da Igreja Católica e de alguns partidos de oposição que começavam a ser legalizados, assim como do novo sindicalismo em ascensão.

Com o crescimento da luta e da organização, os trabalhadores rurais expropriados retomaram o cenário político através das lutas populares. Um dos movimentos sociais mais representativos que nasceu nesse processo foi o *MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*. As referências históricas sobre sua origem são as ocupações de terras realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Das várias ocupações de terra em todo o Brasil e do crescimento das formas de organização, resultou a fundação do MST, em 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, com a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra.

As experiências de luta, construídas a partir das CEBs, contribuíram para o nascimento do MST. As comunidades tornaram-se lugares de discussão e conscientização para a construção de um espaço político de confronto na luta pela terra.

Com as mudanças políticas ocorridas em meados da década de oitenta, como resultado da ação da sociedade em diversos movimentos políticos contra a ditadura militar, lutando pela implantação da democracia no Brasil, na cidade e no campo cresceram as organizações de trabalhadores conquistando novos espaços. Neste "novo" momento da História do Brasil, o MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Igreja Católica, diversos partidos políticos e inúmeras entidades pró-reforma agrária articulam-se para exigir do primeiro governo da Nova República - um projeto de reforma agrária.

Em 1985, no início da Nova República, com o falecimento do Presidente Tancredo Neves, eleito pela via indireta, José Sarney, então vice-presidente, é empossado na Presidência da República. Para ocupar a presidência do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) (antigo MEAF - que foi transformado, em 30 de abril de 1985 através do Decreto 91.214, em MIRAD) foi nomeado, ainda por Tancredo, o advogado paraense Nelson Ribeiro e, para ocupar a presidência do INCRA, o engenheiro agrônomo José Gomes da Silva, antigo batalhador pela reforma agrária no Brasil que já havia vivido diversas experiências: "a experiência do autor no assunto vinha dos tempos da Revisão Agrária Paulista, em 1959, de cursos e de viagens internacionais nas áreas de Reforma, da participação na elaboração do anteprojeto do Estatuto da Terra e da presidência da Superintendência da Política Agrária (SUPRA), que exercera durante o período 1964/65" (Silva, J. G. 1987, 45).

No final de maio daquele ano, o grupo coordenado pelo presidente do INCRA entrega uma Proposta de Reforma Agrária às lideranças políticas. No jogo de forças, a Proposta foi completamente desfigurada. Em 10 de outubro, o presidente Sarney assinava o Decreto 91.766 aprovando o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Naquele mesmo ano surgia a União Democrática Ruralista (UDR) que mobilizava os latifundiários para pressionar o governo Sarney contra a realização do PNRA. Os limites da

¹⁰ A respeito, consultar Santos Filho, J. dos R. e Porto, M. Y. - *A geografia da Violência e algumas presenças em conflitos pela posse da Terra*. In Reforma Agrária No. 1, Vol. 14. Campinas, 1984.

reforma agrária ficaram explicitados com os recuos que o PNRA sofreu durante a sua elaboração. Foram doze versões que desfiguraram totalmente a Proposta apresentada pela equipe do engenheiro agrônomo José Gomes da Silva: "Para ilustrar o grande recuo do projeto Sarney preferimos, contudo, simplesmente mostrar o que significou quantitativamente, a criação da esdrúxula figura do *"latifúndio produtivo"*, de autoria dos juristas do Palácio do Planalto. Essa análise é aqui efetuada com base nas diferentes interpretações do estranho parágrafo 2º do artigo 2º do referido decreto Nº 91.766. Segundo a opinião abalizada de Luís Edson Fachin, o dispositivo é paradoxal ao tentar criar a figura do *"latifúndio produtivo"*, mas que "tem sua razão de ser", do ponto de vista dos adversários da reforma, é claro." (Silva, 1987, p. 145. As aspas são do autor).

A desfiguração da Proposta tornou o Projeto inviável, representando assim a vitória das forças políticas contra a reforma agrária. Na verdade, a perspectiva de elaboração de um outro projeto de reforma agrária, que não seria implementada, era uma condição para a criação de um novo pacto político, para a sustentação do governo que assumia o poder. Dessa forma, o Estado realizava apenas uma política de *assentamentos*¹¹ para minimizar os conflitos fundiários. No final do Governo Sarney, considerando as ações dos movimentos sociais, somente 6% do PNRA foi executado. Neste período foram assentadas 84.852 famílias das 1,4 milhão de famílias previstas no plano.

Mas, a grande derrota da luta pela reforma agrária aconteceu durante a elaboração da Constituição de 1988, onde o capítulo sobre a reforma agrária sofreu um enorme retrocesso, tendo como referência o Estatuto da Terra. Embora a sociedade organizada tenha apresentado uma emenda popular com mais de um milhão e duzentas mil assinaturas, acabou por prevalecer os interesses dos latifundiários. Interesses agora representados não apenas pelos "coronéis", mas também pelos empresários que se apropriaram de grandes extensões de terras durante os anos de ditadura militar. Dessa forma, as forças conservadoras representadas pela UDR, conseguiram aprovar um "dispositivo genérico, tornando a propriedade produtiva intocável. Espertamente, a definição do conceito de propriedade produtiva ficou a cargo da legislação complementar. A viabilização da reforma agrária ficou condicionada à aprovação de uma lei regulamentado estes artigos da Constituição e de outra Lei Complementar definindo o *Rito Sumário*¹² das desapropriações." (Tonelli, 1993: 12).

Com a derrota sofrida na Constituição, iniciaram as ações de diversas entidades pró-reforma agrária e dos movimentos sociais, que resultaram, em 1989, na elaboração de uma proposta de *Lei Agrária* e outra de *Rito Sumário* apresentadas pelo deputado Antônio Marangon do Partido dos Trabalhadores (PT), na forma de projetos de lei.

No governo do presidente Fernando Collor (1990 - 1992)¹³ a reforma agrária sofreu um golpe mortal. Durante a campanha, o candidato prometeu que assentaria 500 mil famílias, uma redução brutal com relação ao PNRA, o seu projeto de reforma agrária, denominado

¹¹ - Assentamentos são áreas desapropriadas onde são implantados os projetos de reforma agrária. É o lugar social novo de formação de uma comunidade rural.

¹² - Rito Sumário é uma Lei para agilizar os processos de desapropriação dos latifúndios destinados à reforma agrária.

¹³ - O presidente Fernando Collor envolvido em uma rede de corrupções, sofreu o processo de cassação em 1992, sendo substituído pelo vice - presidente Itamar Franco.

Programa da Terra, previa o assentamento de apenas 400 mil famílias no período 1991/94. No entanto, os poucos assentamentos realizados durante esse governo foram, na sua maior parte, resultados de projetos do governo anterior.

O recrudescimento da luta pela terra com o aumento da violência no campo, a realização de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da *pistolagem*¹⁴ levou, em 1992, os deputados do Núcleo agrário do PT a recolocar o assunto em pauta. Em um acordo feito pelas lideranças do PT e partidos de centro-esquerda, foi possível votar e aprovar em julho de 1992 um projeto de Lei Agrária.

Aprovado o Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, coube ao Presidente Itamar Franco sancioná-la. Neste momento, diversas entidades e instituições pressionaram e apelaram ao presidente para que o mesmo vetasse alguns dispositivos que tornariam a Lei Agrária inaplicável.

No início do mês de fevereiro a Coordenação Nacional do MST, composta por 22 dirigentes representado quase todos os estados, onde o MST está organizado, realizou uma audiência com o Presidente. Nesta audiência a Coordenação apresentou um documento contendo propostas de medidas emergenciais para a realização da reforma agrária e entre estas os vetos de artigos, incisos e parágrafos da Lei Agrária, que impediriam a sua efetivação. Um dos artigos, que os trabalhadores exigiam o veto, referia-se às terras adquiridas por via judicial. Este era um dispositivo elaborado para atender os interesses dos bancos e continuar propiciando a especulação fundiária. Outro artigo colocava como condição que enquanto existisse grandes latifúndios na Amazônia, não poderiam ser desapropriados latifúndios menores em outras regiões do País.

A Lei Agrária foi sancionada em 25 de fevereiro de 1993. O Presidente Itamar Franco vetou dez dispositivos, entre estes, em parte: os artigos reivindicados pelos trabalhadores Sem-Terra.

Finalmente, com a existência de uma lei de reforma agrária, a luta que se travou no Congresso Nacional foi pela aprovação da Lei de Rito Sumário. A Lei foi sancionada sem vetos, pela Presidência da República, em julho de 1993. Todavia, são diversos os artigos dessa Lei que são objetos de contestação durante as desapropriações. Dessa forma, embora já existam dispositivos legais, a reforma agrária só acontece na prática com a intensificação da luta pela terra, por meio das ocupações. Diante dessa condição, o número de ocupações cresceu. Em 1993, foram realizadas 89 ocupações com 19.092 famílias. Em 1994, aconteceram 119 ocupações com 20.116 famílias. Em 1995, os sem-terra realizaram 146 ocupações com 30.476 famílias. Em 1996, os sem-terra realizaram 398 ocupações com a participação de 63.080 famílias¹⁵.

A ocupação é uma ação que inaugura uma dimensão do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência. Esse espaço construído pelos trabalhadores é o lugar da experiência e da formação do Movimento. A ocupação é movimento. Nela, fazem-se novos sujeitos. A cada realização de uma nova ocupação de terra, cria-se uma fonte geradora de experiências, que suscitará novos sujeitos, que não existiriam sem essa ação. A ocupação é a

¹⁴ - Pistolagem é o nome dado à ação de assassinos contratados por latifundiários para matar trabalhadores rurais.

¹⁵ - Comissão Pastoral da Terra, 1997.

condição de existência desses sujeitos. Ao conceber a ocupação como fato, esses sujeitos recriam continuamente a sua história. Não concebê-la é não ser concebido. Com a ocupação, cria-se a condição nova para o enfrentamento. Na realização da ocupação, os sem-terra sem, ainda, conquistarem a terra, conquistam o fato: a possibilidade da negociação. Recentemente, o governo vem tentando impedir essa forma e condição de luta, com a medida provisória 1.577/97. Essa medida provisória impõe a não desapropriação das terras ocupadas.

Durante o governo Itamar Franco houve uma lenta retomada das ações para a execução de novos projetos de assentamentos, todavia, em situação mais promissora do que no governo anterior. Nesse período, não surgiu nenhuma proposta de reforma agrária. Apenas a tentativa de administração dos conflitos e das ocupações de terras com a realização de novos assentamentos.

No atual governo - Fernando Henrique Cardoso - a reforma agrária foi apresentada como uma medida para o desenvolvimento da agricultura familiar, para a solução do problema da segurança alimentar e para a redução dos conflitos agrários. Contudo, o projeto se limita a uma política compensatória, sem ter o objetivo de alterar o modelo de desenvolvimento da agricultura. Suas metas para o programa de assentamentos rurais são de 280 mil famílias no período 1995/98. Outra redução brutal com relação ao PNRA. Mesmo assim, a viabilidade da realização das metas é duvidosa, considerando a aliança política que sustenta o governo.

A política agrária colocada pelo atual governo, na realização de seu projeto de reforma agrária, dá continuidade aos princípios do modelo de desenvolvimento da agricultura implantado pelos governos militares. Esta posição linear e economicista não reconhece a importância e o potencial da pequena agricultura no processo de produção agrícola. A agricultura familiar ainda é vista como atrasada enquanto o único modelo viável é a agricultura capitalista.

Passados trinta e quatro anos do Estatuto da terra e treze do I Plano Nacional de Reforma Agrária, os conflitos permanecem e tendem a crescer. Esse é um dos principais elementos da questão agrária do final deste século, ao se concretizar a contradição inerente da política agrária implantada em meados dos anos sessenta. Paralelamente cresceram a produção de alimentos e o número de brasileiros que passam fome, excluídos pelo modelo de modernização econômica.

Neste contexto, a agricultura familiar vem sendo acometida por políticas agrícolas, que contribuem para com a sua desestruturação, enquanto a luta pela terra e a luta pela reforma agrária permanecem como condições de enfrentamento e de resistência a um modelo único de desenvolvimento da agricultura

As lutas no campo continuam crescendo, muito mais pelas deliberações dos trabalhadores Sem-Terra tiradas no seu Primeiro Congresso, realizado em janeiro de 1985, em Curitiba - PR, que têm nas ocupações de terra o principal avanço da reforma agrária, do que na aplicação do PNRA que, praticamente, não tocou na estrutura fundiária. Desde então, nenhum outro governo propôs a elaboração de um novo plano de reforma agrária.

Assim, a luta pela terra continuou em todo o Brasil, especialmente, sob o lema OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR. É este processo de luta na construção do MST que apresentamos a seguir.

A gênese e a natureza do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. Desde *Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso*, os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito à terra. Chegam ao final do século XX sem ainda ter conquistado, em sua plenitude, esse direito.

Nessa parte, apresentamos os períodos desse momento histórico da luta pela terra e da formação do MST, compreendidos entre 1978/9 e 1984/5 - 1988/89 - 1994/5 - 1997/8. No primeiro período da luta pela democracia, de transição política e de rupturas, a classe trabalhadora retoma suas perspectivas conquistando novos espaços no campo e na cidade. Os acontecimentos mais importantes dessas conquistas têm o seu começo assinalado pelas experiências construídas nas lutas populares, que desafiavam as formas institucionais. Os desafios se apresentavam no avanço da luta em relação aos partidos políticos, legais e clandestinos, nas rupturas com tradições e práticas conhecidas e pelo rompimento com esquemas populistas do passado etc. Rompendo com estruturas, se desafiando e criando novas formas de organização, os trabalhadores rurais sem-terra iniciam um novo processo de conquistas na luta pela terra.

A formação de vários movimentos sociais aconteceu em um processo de gestação no decorrer dos anos setenta. Assim, o MST começou a ser gerado no espaço social conquistado pelas diversas experiências das lutas populares: estratégia político-cultural concebida no universo destes sujeitos.

No início desse período, no campo, em diversos estados, aconteceram lutas localizadas que deram origem ao MST. As lutas que marcaram o princípio da história do MST foram as ocupações realizadas no Estado do Rio Grande dos Sul, em 1979; as ocupações efetuadas no Estado de Santa Catarina, em 1980, ainda nesse ano, no Estado do Paraná, o conflito entre mais de dez mil famílias e o Governo Federal que, com a construção da barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas. O Estado propôs apenas a indenização em dinheiro, enquanto os camponeses exigiam outras terras. No Estado de São Paulo a luta dos *posseiros* representava a retomada da luta dos sem-terra e no Estado do Mato Grosso do Sul, milhares de trabalhadores rurais arrendatários desenvolviam uma intensa luta pela resistência na terra. Outras lutas também aconteciam nas outras regiões do País.

Na cidade a luta mais relevante foi a organização dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista nas greves que irromperam no processo de redemocratização do país. Conforme Sader,

"a novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que

irrompiam na cena pública reivindicando os seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua apresentação... Era a manhã ensolarada do dia primeiro de maio de 1980, e as pessoas que haviam chegado ao centro de São Bernardo para a comemoração da data se depararam com a cidade ocupada por oito mil policiais armados, com ordem de impedir qualquer concentração." (Sader, 1988, p. 26/27).

Das múltiplas experiências constituídas no cotidiano popular, emerge o "novo sindicalismo", cuja potencialidade e reconhecimento político eram destacadas, de diversas formas, tanto pela sociedade quanto pelo Estado. Outra luta que se desenvolvia era a da criação de um partido que defendesse os interesses dos trabalhadores: o Partido dos Trabalhadores - PT. Essas lutas representavam a reconquista dos direitos, da dignidade da classe trabalhadora e, portanto, motivavam as lutas que se realizavam no campo.

Nesse momento de ruptura e desafios às instituições convencionais, os trabalhadores rurais construíram uma nova forma de organização social. As lutas populares que se desenvolveram nesse período contribuíram muito nas mudanças das estruturas tradicionais das organizações políticas, principalmente da Igreja Católica, do "novo sindicalismo" representado pela CUT e na construção do Partido dos Trabalhadores (PT). Estas instituições foram, no transcorrer do tempo, as principais matrizes político - culturais do movimento de trabalhadores rurais que emergia. Mas a necessidade política da criação de uma nova forma de organização social se dava exatamente pelos limites que as estruturas convencionais das instituições envolvidas na luta pela terra enfrentavam. Estas, evidentemente, não respondiam às necessidades e aos interesses desses sujeitos. Esta luta em movimento requer avanços e a Igreja, os sindicatos e os partidos contribuíam dentro das dimensões das suas estruturas.

Vale dizer que a luta pela terra é um dos problemas sócioespacial e político de que estas instituições se ocupam. A reforma agrária consta em seus programas como um objetivo a atingir, mas não são os sujeitos realizadores do processo. Estas instituições aparecem no cenário da luta como "apoio", através das alianças, mas de fato os verdadeiros realizadores são os trabalhadores, são eles que fazem a luta. Mas a forma de organização dos movimentos sociais tem a eficácia de permitir que estas instituições o perpassem. Assim, acontece uma interação conflitante e, em seu desdobramento, os sujeitos que se fazem na luta vão reconhecendo o seu papel nesse processo - a sua competência e a sua legitimidade. Nas palavras de Sader, 1991, os movimentos sociais *"mostravam que havia recantos da realidade não recobertos pelos discursos instituídos e não iluminados nos cenários estabelecidos da vida pública. Constituíram um espaço público além do sistema da representação política. Através de suas formas de organização e de luta, eles alargaram as fronteiras da política. Neles apontava-se a autonomia dos sujeitos coletivos que buscavam o controle das suas condições de vida contra as instituições de poder estabelecidas. (Sader, 1991, p. 314).*

Em suas experiências, na formação do movimento, os trabalhadores ao conquistarem o seu próprio espaço, construíram o espaço de socialização política, que, dimensionado, possibilitou a elaboração de práticas, de formas de luta como enfrentamento nos diferentes

níveis das relações sociais. Assim (se) fazendo, ampliam o sentido da luta pela terra que passa a ser entendida para além da questão econômica, ou seja, é também um projeto sociocultural de transformação das suas realidades. Os efeitos sociais desse movimento sobre as relações sociais atingem toda a sociedade. Estes são frutos dos conflitos e, também, das ações desses sujeitos que tem por objetivo causar transformações específicas e gerais nas relações de poder.

CEBs: lugar social e espaço de socialização política.

Na primeira metade da década de 70, nesses anos do auge do regime militar, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) foram o lugar social onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. Embora tenha apoiado o golpe de 64, a Igreja começa a mudar de posição a partir de 1973. Nas suas bases, alguns sacerdotes já se envolviam com o processo de resistência dos trabalhadores em torno da questão da terra. Esse espaço político havia nascido no começo dos anos sessenta, quando começaram a surgir as primeiras Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. Nessas comunidades, começa a ganhar importância a reflexão sobre a realidade imediata, como exercício da liberdade pessoal. Para a execução dessa prática, foi preciso construir, nesse lugar, um novo espaço, novas dimensões e novos valores. As comunidades deixam de ser apenas o lugar onde os fiéis iam à procura de "paz" para se tornar um espaço de reflexão e de opções pessoais e coletivas sobre a vida.

A razão histórica da existência desse espaço é compreendida, primeiro, pela expansão capitalista no campo e, segundo, pelas mudanças profundas sofridas, em parte, nas estruturas da Igreja Católica no início dos anos sessenta. O envolvimento dos sacerdotes com a realidade dos trabalhadores e o surgimento das CEBs como lugar de reflexão modificaram as relações políticas em diversas localidades. "Em vários lugares, e no campo, onde as comunidades surgiram, a mudança da orientação pastoral fez com que o sacerdote, nas visitas de desobriga, deixasse de hospedar-se na casa do patrão para hospedar-se na casa do camponês" (Martins, 1984, p. 108). Esta nova postura sóciopolítica avança ainda mais a partir dos documentos de diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), publicados após o Concílio Vaticano II (1965), a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín, Colômbia (1968) e a III conferência em Puebla, México (1979). Nesse movimento de renovação da igreja pela teologia da libertação, as comunidades eclesiais de base começavam a criar novos espaços.

Com relação à realidade do campo brasileiro, uma das ações da igreja foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975. Trabalhando conjuntamente com as paróquias nas periferias das cidades e com as comunidades rurais, contribuiu na organização e na luta dos trabalhadores. Esse processo de organização possui algumas características que nos ajudam a compreender o multidimensionamento do espaço social, a formação de um novo sujeito histórico e a elaboração das formas de organização social, das quais emergem os novos movimentos sociais.

Dentro de uma visão libertadora da nova evangelização (Boff, 1990 e 1992), os pobres - expropriados, explorados e muitas vezes miseráveis - deixam de ser vistos como "cordeiros", e, nas CEBs estes sujeitos passam a ser vistos em toda a sua dimensão. Assim a igreja

incorpora em seus rituais e trabalhos na comunidade: a cultura, o interesse, a vontade e o conhecimento para refletir a história e evidentemente a realidade econômica desse povo. É nessa perspectiva que "o pobre emerge como sujeito de sua libertação e também da nova evangelização. Ele é sujeito criador de igreja. As CEBs representam a obra dos próprios oprimidos, que, apoiados por tantos bispos, padres teólogos e outros agentes sociais, a partir de sua fé e de sua cultura estão recriando a Igreja como comunidade de vida" (Boff, 1992, p.35)

As CEBs tornaram-se lugares de reflexão, o espaço de socialização política, onde o objetivo do trabalho pastoral era a conscientização sobre a realidade dos participantes. Esses lugares são transformados em "espaços de liberdade", no sentido que ali se podia falar, ouvir e pensar. Dessa maneira, através da ampliação desse processo pedagógico, onde os sujeitos refletiam sobre as suas histórias, também começou-se a articular ações de resistência contra as injustiças. As celebrações passaram a contar com a participação dos leigos, que deixavam de ser meros espectadores. Os sacerdotes motivavam as pessoas a se manifestarem, abrindo a palavra em determinado momento da homilia. A leitura do evangelho era associada à realidade da luta da comunidade. Desta forma, as celebrações, também, passaram a ser momentos de reflexão sobre a vida concreta, ou seja, a leitura do evangelho era calcada no real, havia uma relação direta com a história, com a cultura e com a situação econômica daquelas pessoas na sua trajetória de vida e de seu espaço de vida. As CEBs se tornavam um espaço de socialização política, onde as famílias se reuniam para se conhecerem, e pensar sobre o seu papel na sociedade. Ali se discutia os mais diversos temas, algumas vezes orientados pelos temas das campanhas da fraternidade, noutras vezes orientados pela própria ação da comunidade. As pessoas participavam das mais diversas formas: ensinando a partir da sua própria história, ou associando com o conteúdo dos livretos ou da Bíblia. Participavam apreendendo sobre si mesmas e sobre a coletividade. Construía-se um espaço personalizado e coletivizado.

Numa sociedade que vivia um período de governo autoritário, onde a participação praticamente inexistia e os cidadãos estavam tentando se organizar para lutar pelo direito de ter direito, as CEBs propiciavam um espaço comunicativo. Ali, as pessoas se reuniam para aprender através do método ver, julgar e agir. As CEBs eram escolas de cidadania. O sentido mais importante desta congregação era o espírito da igualdade: todos eram povo de Deus. Esse sentido de igualdade e valorização das pessoas motivava a participação de forma que a timidez e a insegurança eram superadas pelo fato de estarem entre iguais. Conforme a representação feita por Leonardo Boff, podemos ver as diferenças nas hierarquias da(s) igreja(s) conservadora e progressista. Obviamente que o que está em questão é uma relação política e, portanto, de poder, subordinação e democracia.

A concepção Igreja-Povo-de-Deus inverte a relação quanto aos ministérios. Supõe uma troca de eclesiologia. A Eclesiologia clássica, que ainda vigora na cabeça de muitos, é uma Hierarquiologia, vale dizer, uma Igreja que só considera a Hierarquia. Numa representação a diferença é a seguinte:

<i>Deus</i>	<i>Cristo-Espírito Santo</i>
-	-
<i>Cristo</i>	<i>Comunidade-Povo de Deus</i>
-	-
<i>Apóstolos</i>	<i>Bispo-padre-coordenador</i>
-	
<i>Bispos</i>	
-	
<i>Padres</i>	
-	
<i>Fiéis</i>	

“Nesta concepção, o fiel não tem nada. Apenas o direito de receber. Os bispos e os padres receberam tudo: é um verdadeiro capitalismo. Eles produzem os valores religiosos e o povo consome. Estilo monárquico e piramidal.”

“Todos os serviços ao Povo de Deus, dentro do Povo de Deus, em favor do Povo de Deus. Os serviços são posteriores. A comunidade é anterior. Estilo fraternal e comunitário. Flexível; conforme as necessidades surgem os serviços.”
Boff, 1981, p. 207

Esse modelo "parlamentar" flexível, que era a base da organização da CEBs, serviu como referência para as novas formas de organização social que emergiam, como foi o caso do MST. As CEBs eram os lugares onde foi possível criar espaços para se comunicar, apreender e se organizar para lutar, para enfrentar, de fato, o inimigo, para transformar a realidade dura e sofrida.

Conforme Martins: "tais espaços têm sido, nos últimos vinte anos, justamente os espaços de confrontos e dos conflitos sociais mais agudos, preponderantemente referidos à questão da propriedade da terra, rural ou urbana, agrícola ou de moradia" (Martins, 1989, p. 61).

No caso da luta pela terra, o livro do Êxodo era uma das referências para que os trabalhadores compreendessem melhor a sua história. Nas comunidades, durante os estudos bíblicos era feita uma analogia entre o êxodo do povo hebreu e o êxodo sofrido pelos trabalhadores rurais. Esse processo pedagógico enriquecia as novas formas de organização que emergiam. Estava em movimento a "fermentação" da caminhada à "terra prometida". Diante das leituras de suas condições sóciopolítica-econômico-culturais, os trabalhadores rurais iniciavam o confronto contra o modelo econômico de desenvolvimento da agricultura. No

desenvolvimento desse confronto produzido pelas relações sociais, criava-se um novo espaço, principalmente nas suas dimensões político-culturais, de resistência que foi a força motriz que deu início à territorialização da luta pela terra no Brasil nas últimas décadas.

A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - 1978/9 - 1984/5.

As ocupações que aconteceram nos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, marcaram o nascimento do mais amplo movimento social da América Latina: o MST. As transformações econômicas e tecnológicas que aconteceram na agricultura brasileira geraram o crescimento econômico concentrado das riquezas e a miséria de milhões de brasileiros. O MST surgia para ocupar um espaço político importante na *luta pela terra e na luta pela reforma agrária*¹⁶. A Igreja Católica por meio da Comissão Pastoral da Terra e das Comunidades Eclesiais de Base foi a principal articuladora das diferentes experiências de luta pela terra, propiciando a reunião dos sem-terra para discutirem as conjunturas de suas realidades. Foi com a troca de experiências, que a articulação nacional desses movimentos começou a ser construída na perspectiva de superação do isolamento e em busca da autonomia política. Essa superação se fazia necessária devido às dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das lutas localizadas. As lutas acontecem no campo, porém o processo de conquista da terra não acontece só no campo, mas principalmente na cidade. Assim, uma articulação nacional poderia permitir a construção de uma forma de organização social que fortaleceria esse processo de conquista, construindo uma infra-estrutura para a luta.

A articulação aconteceu a partir dos encontros entre as lideranças das lutas localizadas. A CPT, que na época já possuía uma organização a nível nacional e estava presente em quase todas as lutas, promovia esses encontros. No Centro-Sul, um encontro importante foi realizado em julho de 1982, no município de Medianeira - Estado do Paraná - região Sul do Brasil. Em nível nacional, a CPT promoveu em setembro desse mesmo ano um encontro em Goiânia - Estado de Goiás - região Centro-Oeste do Brasil, onde participaram trabalhadores de 16 estados. Conforme João Pedro Stédile, um dos membros da Direção Nacional do MST:

"Aí foi o primeiro encontro para troca de experiências da luta pela terra. Eu me lembro bem que quem assessorou foi o José de Souza Martins. Foi a primeira reunião nacional que eu fui, nunca tinha saído do Rio Grande... Foi um encontro de troca de experiências e nenhuma proposta, troca de experiência: como é que vocês fizeram isso, como é que vocês fizeram aquilo. Foi prá se conhecer. Inclusive aí então começou a se conversar que a gente podia se organizar, podia ter mais contato. Tinha umas idéias assim: não a CPT

¹⁶ - Diferenciamos a luta pela terra da luta pela reforma agrária, porque a primeira acontece independentemente da segunda. Todavia as duas são interativas. Um movimento social pode desenvolver a luta pela terra sem a existência de um projeto de reforma agrária. A luta pela reforma agrária é uma luta mais ampla, de toda a sociedade. A luta pela terra é mais específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados. A luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária.

vai fazer isso prá nós. Como nós se conhecemos nessa reunião, nós dos estados do Sul resolvemos nessa reunião, nós vamos continuar se reunindo, nós vamos continuar se encontrando. Então nós fizemos uma espécie de regional, sem estar escrito nada. Continuamos se reunindo periodicamente nestes cinco Estados do Sul. (João Pedro Stédile - MST).

Foi desses encontros que algumas lideranças, das lutas existentes no Sul do País, começaram a discutir as possibilidades de se organizar um movimento social mais amplo, que permitisse superar os problemas do isolamento. Assim, em janeiro de 1983, fizeram um encontro em Chapecó - no Estado de Santa Catarina - região Sul do Brasil - e criaram uma Coordenação Regional Provisória que reunia representantes de cinco estados do Centro-Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Nesse ano, foram realizados outros encontros nas cidades de Naviraí e Glória de Dourados - Estado do Mato Grosso do Sul, em Araçatuba - Estado de São Paulo e em Ronda Alta - Rio Grande do Sul. Ainda, conforme João Pedro Stédile:

"Aí essa Coordenação Regional resolveu o seguinte: por que nós não organizamos um negócio maior? Só estamos nós aqui do Sul. Vamos fazer um encontro nacional de conflitos pela terra. E convocamos um encontro nacional para janeiro de 1984 em Cascavel. Aí vieram, eu não me lembro se foram doze ou dezesseis estados. Todo mundo tinha luta pela terra. Essa era a marca para poder participar. Em todos esses encontros e também nesse encontro nacional, era um negócio muito integrado com a CPT que apoiava as lutas fazendo os contatos e conseguindo infra-estrutura. Bom aí fizemos esse encontro nacional em Cascavel, no Paraná, e aí sim, já com a marca bem de trabalhador mesmo, quer dizer, aquele ainda de Goiânia foi um encontro da CPT, para refletir sobre a luta pela terra. Esse aqui não, esse já foi das próprias lutas". (João Pedro Stédile - MST)

As experiências construídas no cotidiano da luta proporcionaram aos trabalhadores uma nova forma de organização que, nas palavras de Eder Sader, "havia recantos da realidade não recobertos pelos discursos instituídos".

Esse Encontro Nacional representou então a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem-terra, em nível nacional, que iria se articular para lutar por terra e pela reforma agrária. Aí nasceu o Movimento Sem-Terra, com a articulação dos diversos movimentos que estavam acontecendo em nível localizado. E foi então batizado de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Neste encontro também foram elaborados os objetivos gerais do MST:

- 1 - *Que a terra só esteja nas mãos de que nela trabalha;*
- 2 - *Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;*
- 3 - *Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária;*
- 4 - *Organizar os trabalhadores rurais na base;*
- 5 - *Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político;*

6 - Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;

7 - Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.¹⁷

Estes objetivos representam a luta histórica dos trabalhadores rurais. Alguns apresentam as novas características dessa luta, como por exemplo os números 3 e 5 que têm por finalidade a aproximação dos trabalhadores sem-terra com o sindicato e com o partido, nos quais havia uma identificação de luta. O número 6 mostra a necessidade de tentar sair da dependência que tinham com relação à Igreja e o número 7, a ampliação da luta. As reivindicações tiradas nesse encontro foram (são):

1 - Legalização das terras ocupadas pelos trabalhadores;

2 - Estabelecimentos da área máxima para as propriedades rurais;

3 - Desapropriação de todos os latifúndios;

4 - Desapropriação das terras das multinacionais;

5 - Demarcação das terras indígenas, com reassentamento de posseiros pobres em áreas da região;

6 - Apuração e punição de todos os crimes contra os trabalhadores rurais;

7 - Fim dos incentivos e subsídios do governo ao Proálcool, JICA e outros projetos que beneficiam os fazendeiros;

8 - Mudança da política agrícola do governo dando prioridade ao pequeno produtor;

9 - Fim da política de colonização.¹⁸

Nessas reivindicações estão representados o passado próximo, nas transformações ocorridas no campo pela implantação da política de desenvolvimento agropecuário do regime militar; o presente, pelas ocupações realizadas e pela nova forma de organização do movimento e o futuro, pelo país que têm que construir. Na fundação do MST, os trabalhadores construíram um novo espaço no cenário político brasileiro da luta pela terra.

Um ano depois, em janeiro de 1985, na cidade de Curitiba - capital do Estado do Paraná, o MST realizou o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra. Concretizava-se assim uma parte desse processo histórico da formação do Movimento.

Passados 10 anos do início da caminhada da luta pela terra e da formação do MST, em 1995, na realização de seu Terceiro Congresso Nacional, o Movimento apresentou uma nova elaboração de seus objetivos gerais:

1 - Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;

2 - A terra é um bem de todos . E deve estar a serviço de toda a sociedade;

3 - Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;

¹⁷ - Agenda Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - 1987. São Paulo.

¹⁸ - Idem.

- 4 - Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;*
- 5 - Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;*
- 6 - Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.¹⁹*

Nesta nova elaboração, O MST manteve os mesmos princípios de transformação da sociedade a partir de suas ações, ampliando e atualizando os objetivos, o que representa algumas mudanças e que são resultados do próprio desenvolvimento das experiências construídas na contínua luta pela terra. Nesse sentido, apresentou também uma síntese de seu programa de reforma agrária:

- 1 - Modificar a estrutura da propriedade da terra;*
- 2 - Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;*
- 3 - Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;*
- 4 - Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;*
- 5 - Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;*
- 6 - Aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido;*
- 7 - Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;*
- 8 - Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.²⁰*

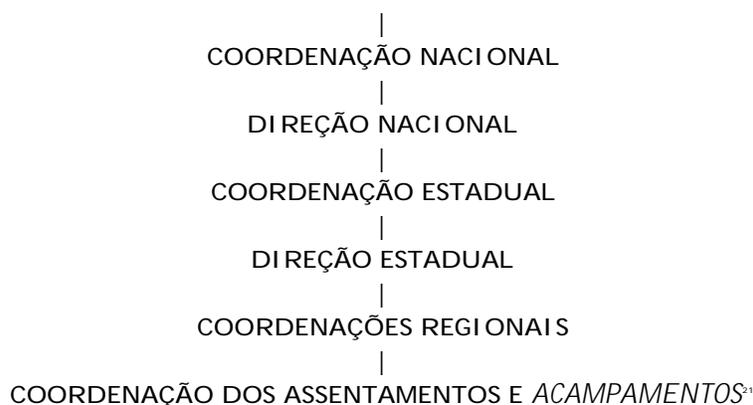
Estes pontos são uma síntese do programa agrário elaborado pelo MST. Eles apresentam o tipo de reforma agrária que o Movimento pretende alcançar e, ao mesmo tempo, as transformações necessárias para realizar o programa.

Nesse processo histórico do avanço das lutas, das conquistas de terra, dos assentamentos, dos novos desafios criados em cada vitória, os trabalhadores rurais foram construindo a sua organização; desde 1985 até hoje o MST foi se transformando de acordo com a realidade da luta e possui hoje a seguinte estrutura:

¹⁹ - MST - *Caderno de Formação n° 23*. São Paulo: MST, 1995a.

²⁰ - Idem.

ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA



A Coordenação Nacional é formada por aproximadamente 90 pessoas. São dois membros por estado, eleitos nos encontros estaduais; um representante eleito de cada Central das Cooperativas Estaduais; dois membros eleitos por setores nacionais e 21 membros da Direção Nacional, que são eleitos no Encontro Nacional.

A Coordenação Estadual é representada por um coletivo eleito no Encontro Estadual e formada por sete ou até quinze membros, de acordo com a realidade da forma de organização em cada estado. Este coletivo é composto pelos membros da Direção Estadual, da Central de Cooperativas e dos setores estaduais.

A Coordenação Regional é formada por membros eleitos ou indicados nos Encontros Regionais. Estes também são membros das coordenações dos assentamentos ou dos acampamentos e são eleitos em assembleias.

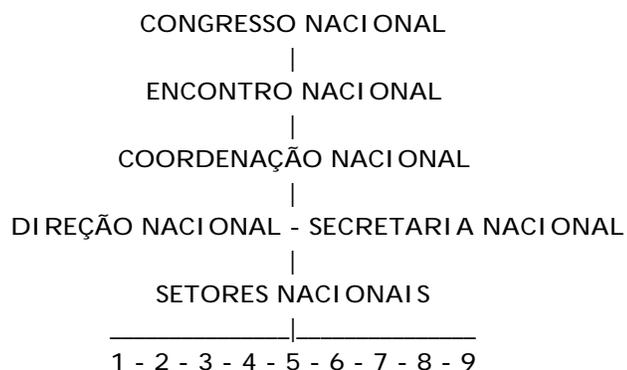
As Coordenações de Assentamentos e Acampamentos são formadas por membros de vários setores, como por exemplo: produção, educação, saúde, comunicação, frente de massa, finanças etc. Em nenhuma das instâncias existem cargos tipo: chefes, presidentes, diretores etc. Os dois graus da hierarquia são coordenadores e membros.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra tem como personalidade jurídica a Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA.

²¹ - Acampamentos são lugares sociais onde os sem-terra mantém um conjunto de barracos como forma de resistência, dentro de uma fazenda ou na beira de uma estrada.

Esta estrutura é a base de sustentação da forma de organização social do MST.

FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA



1 - Relações internacionais, 2 - Secretaria Nacional, 3 - Sistema Cooperativista dos Assentados, 4 - Frente de massa, 5 - Educação, 6 - Formação, 7 - Comunicação, 8 - Finanças, 9 - Projetos.

A forma de organização social e a estrutura apresentadas são frutos de quase vinte anos de lutas pela terra, pela reforma agrária e pela democracia. É importante destacar que tanto essa forma como essa estrutura estão em movimento constante, portanto, elas se transformam no dia-a-dia da luta. Nesses anos o MST tornou-se muito mais que um movimento social. Podemos denominá-lo como movimento socioterritorial, por sua práxis na luta pela terra, na conquista de frações do território. Todavia, ainda não construímos um conceito capaz de dar conta da dimensão que o MST tomou em todo esse tempo de luta. Essas lutas se dimensionaram para a conquista das condições básicas do desenvolvimento social e econômico: educação, saúde, política agrícola etc.

A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - 1984/5 - 1988/9.

No primeiro período de sua história, o MST organizou-se em estados das regiões Sul, Sudeste e Centr-Oeste. O Primeiro Congresso do MST, realizado em janeiro de 1985, reuniu trabalhadores de todas as regiões do Brasil. Iniciava-se assim o processo de territorialização do

MST pelo Brasil. Desde então o Movimento começou a se organizar nas regiões Nordeste e Amazônia. Nesse período, o MST organizou-se em 12 estados.

O processo de territorialização do MST acontece por meio da construção do espaço de socialização política. Nas periferias das cidades, as lideranças do setor de Frente de Massa realizam um trabalho de levantamento da realidade local. Procuram conhecer a questão agrária da região e a situação dos sem-terra. Com o apoio da Igreja Católica, de sindicatos de trabalhadores rurais e de partidos políticos, reúnem as famílias para refletirem sobre as suas vidas frente as perspectivas de trabalho e de terra na região. Formam uma coordenação local e iniciam o processo de criação de uma forma de organização social. Durante meses, analisam a conjuntura política, constroem os conhecimentos necessários para interpretá-la e procuram tomar decisões a respeito dos seus destinos. É um trabalho feito pelos próprios trabalhadores, a partir de suas experiências vividas. Com a consolidação dos grupos de famílias e da tomada a decisão de mudarem os rumos de suas vidas, partem para a ocupação da terra.

A ocupação é a condição da territorialização. Conquistada a terra, uma fração do território, organizam um novo grupo de famílias para nova ocupação, nova conquista de outra fração do território. Dessa forma, os Sem-Terra migram por todo o território nacional, plantando raízes da luta e minando a concentrada estrutura fundiária. Esse processo dimensionado cria uma série de necessidades. Durante o período de acampamento surgem novas necessidades, como por exemplo: cuidar da educação das crianças, que por estarem em uma situação de transição, não têm escola. É preciso então contactar o governo para que providencie uma ou mais professoras. Quase sempre os sem-terra improvisam barracos para servirem de escola. Começam, também, os cursos de alfabetização de jovens e adultos. Como agora essa população faz parte de uma forma de organização social, construindo uma práxis, surge também o interesse pelo seu próprio desenvolvimento social. Quando viviam nas periferias das cidades, por estarem isolados, muitos não reforçavam suas necessidades, que agora renascem com a luta pela terra. No acampamento é criada uma infra-estrutura social para atender diferentes problemas das famílias acampadas, desde a educação, a saúde, a segurança etc.

A conquista da terra traz novas necessidades e renova a luta. Desse modo, nesse período, os sem-terra organizaram-se e criaram o Programa Especial de Crédito par a Reforma Agrária (PROCERA). Com este Programa, os *camponeses sem-terra*²² deram os primeiros passos para a elaboração de uma política agrícola voltada para os interesses da agricultura familiar.

O avanço da luta pela terra fez com que as forças reacionárias do latifúndio brasileiro se articulassem, criando a UDR e influenciando fortemente no processo constituinte, que se realizava no Congresso Nacional, inviabilizando a reforma agrária.

Em 1989, pela primeira vez na história do Brasil, um trabalhador iria disputar a Presidência da República. Luiz Inácio *Lula* da Silva foi candidato pelo Partido dos Trabalhadores. O MST trabalhou fortemente na candidatura de Lula. Uma articulação da burguesia nacional colocou como seu candidato o governador do Estado de Alagoas - um dos

²² - Camponês sem-terra é uma categoria política formada pelos sem-terra que conquistaram a terra. Embora o governo procure incutir o conceito de com-terra, esses sujeitos mantêm a sua identidade. Com essa consciência política continuam lutando pela terra, organizando novos grupos de famílias sem-terra.

mais pobres estados nordestinos - conhecido pelo codinome de caçador de *marajás*²³. Há poucos dias das eleições, a mídia nacional, especialmente a maior rede de televisão do país, ensaiou um debate com os dois candidatos e numa manipulação vergonhosa apresentou resultados estatísticos do debate privilegiando o candidato Collor, contribuindo com a sua vitória.

A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - 1988/9 - 1994/5.

Esse período foi de estagnação da reforma agrária. O presidente eleito Fernando Collor, árduo defensor dos interesses e privilégios dos latifundiários, apresentou o Programa da Terra em que continha algumas metas para a implantação de assentamentos. Esse documento foi um subterfúgio para se esquivar do problema agrário. Era uma tática conhecida desde os governos militares, ou seja apresentar propostas que nunca serão efetivadas. Desse modo a repressão contra os movimentos sociais foi intensa. Sem perspectiva política de fazer a luta avançar, o MST voltou-se para dentro dos assentamentos, investindo no desenvolvimento do Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA, criando as cooperativas de produção e de serviços locais e regionais. Três cooperativas formavam a uma Central de Cooperativas por unidade da federação. As Centrais estão organizadas na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

A repressão agora não era somente pela força policial. O Poder Judiciário aparecia como uma nova cerca para impedir as ocupações, criminalizando as ações e mandando prender as principais lideranças do MST. A esse processo chamamos de *judiciarização* da luta pela reforma agrária, que tem resultado em prisões e massacres. Esse processo possui as seguintes dimensões: quando o Poder Judiciário encoberta o uso indevido da ação possessória, por exemplo: defender os interesses dos latifundiários que possuem terras devolutas e griladas; em caso de ocupação da terras, a realização do despejo em defesa dos interesses e dos privilégios dos latifundiários e em detrimento da vida dos sem-terra; o não desenvolvimento do processo discriminatório necessário para compreender a razão do conflito.

O processo de judiciarização é histórico na luta pela terra. Só recentemente é que mostrou a sua face perversa porque os trabalhadores desvendaram uma realidade, em que o Poder Judiciário se escondia.

Esse desvendamento aconteceu pela derrubada das diferentes cercas da questão agrária. A primeira cerca é a de arame, é a cerca do latifúndio, são as cercas das terras devolutas e das terras que não estão sendo utilizadas em sua função social. A segunda cerca é da violência programada, é a cerca dos pistoleiros, é a cerca dos massacres anunciados, é

²³ - No Brasil, marajá é um termo utilizado para identificar o indivíduo, geralmente funcionário público, que ganha uma quantia exorbitante por seus serviços. N.A.

também a cerca da persistente militarização da questão agrária. E assim os sem terra enfrentam a terceira cerca: a cerca do Poder Judiciário.

Frente a todos os desafios, os sem-terra levaram a luta pela terra para à cidade, por meio de jornadas nacionais de luta, denunciando a violência do Estado e realizando manifestações conjuntas com outras categorias de trabalhadores. Por meio de caminhadas, os sem-terra percorreram milhares de quilômetros em todos os estados, denunciando a repressão e ocupando terras.

Em 1992, a FAO (Órgão da Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) apresentou um relatório de uma pesquisa nacional a respeito da realidade econômica dos assentamentos, denominado Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária, resultado de um convênio com o Ministério da Agricultura, em que demonstrava a sustentabilidade das experiências dos assentamentos na consolidação da agricultura camponesa. Esse documento tornou-se a principal referência para a defesa da criação de uma política agrícola para a agricultura familiar.

O governo Collor caiu em 1992, cassado por um processo de impedimento, por causa de um grande esquema de corrupção, no qual o presidente estava envolvido. Assumiu a Presidência da República, o vice-presidente Itamar Franco, que abriu o diálogo com o MST e, embora não tenha apresentado nenhum projeto de reforma agrária, regularizou algumas áreas de conflitos, assentando as famílias acampadas. Durante o governo Itamar, o Movimento Sem-Terra realizou conjuntamente com outras instituições diversas manifestações nas principais capitais do País. A mais importante foi o Grito pela Terra Brasil, que reuniu os trabalhadores diversos movimentos sociais na reivindicação de uma política agrícola voltada para a defesa dos interesses da agricultura camponesa.

Nas eleições de 1994, concorrem à presidência o ex-sindicalista Luiz Inácio *Lula* da Silva pelo Partido dos Trabalhadores, em uma frente popular que reunia as forças de centro esquerda, e o sociólogo Fernando Henrique Cardoso pelo Partido da Social Democracia Brasileira, em uma frente liberal que reunia as forças de centro direita. O MST apoiou outra vez a candidatura de *Lula*, pela existência histórica de uma identidade política entre o PT e o MST. A trajetória política de ambos fora construída em conjunto na luta. A proposta de reforma agrária do governo Lula era de assentar 800 mil famílias, em quatro anos, fomentando a produção da agricultura camponesa, garantido a distribuição de renda e levando a modernização integral para a produção familiar. Lula era o único candidato que apresentava uma proposta de mudança para a política agropecuária. Em sua proposta de reforma agrária, o candidato Fernando Henrique Cardoso propunha assentar 280 mil famílias em quatro anos. Na realidade não era uma proposta de reforma agrária, e sim uma política de implantação de assentamentos rurais.

Também com o apoio da mídia, da maior parte do empresariado e de sindicatos de trabalhadores ligados a frente liberal, Fernando Henrique Cardoso venceu as eleições. Iniciava-se uma nova etapa sem solução para a questão agrária brasileira.

A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - 1994/5 - 1997/8.

Fernando Henrique Cardoso foi ministro do governo Itamar Franco. Desde então implantara o Real - plano de estabilização econômica que diminuía consideravelmente a inflação no Brasil. Ao assumir o governo, desenvolveu uma política de reforço do neoliberalismo, que vinha sendo implantada desde o governo Collor. Por outro lado trouxe a agudização da crise na agricultura, transformando muitos camponeses em sem-terras. Da mesma forma, o desenvolvimento tecnológico da agricultura patronal contribuiu para o desemprego de milhões de trabalhadores assalariados. Esses dois problemas aumentaram o número da população na luta pela terra. Por essa razão aumentaram os conflitos fundiários. Em 1995, em Rondônia, na porção ocidental região amazônica, aconteceu o primeiro grande conflito que resultou na chacina de 9 sem-terra e dezenas de feridos e desaparecidos. Naquele ano, 500 famílias haviam ocupado uma fazenda no município de Corumbiara. Por ordem da Justiça, 300 policiais realizaram de forma violenta o despejo.

Em 1996, no dia 17 de abril, outro massacre, também na Amazônia. Dessa vez na porção oriental. No município de Eldorado dos Carajás, centenas de famílias sem-terra caminhavam por uma rodovia em direção à capital do Estado do Pará, quando foram surpreendidas por uma ação policial. Resistiram e foram massacradas. A ação violenta da Polícia Militar causou 19 mortes e dezenas de feridos²⁴. As famílias caminhavam para a cidade de Belém para negociar com o governo e exigir o assentamento imediato. O MST denominou o dia 17 de abril de Dia Internacional da Luta camponesa.

Desde 1994, surgiram outros movimentos sociais na luta pela terra. Alguns como dissensão do MST e outros formados a partir de suas próprias lutas. Em 1996, também surgiram muitos outros movimentos sociais na luta pela terra. O desemprego gera uma demanda crescente, principalmente nas pequenas e médias cidades. Uma opção importante para os trabalhadores assalariados rurais e urbanos desempregados é a luta pela terra. Dessa forma, é constante a formação de um movimento social no interior do Brasil. Os latifúndios estão em toda parte, bem como os sem-terra. Nesse ano aconteceu o maior número de ocupações das últimas décadas. Ver tabela 2.

²⁴ - No momento em que escrevo este artigo, aconteceu outra chacina nessa mesma região. Agora seletiva, pistoleiros a mando de latifundiários mataram dois sem terra e feriram outros dois durante um despejo. Os dois sem-terra mortos eram membros das direções nacional e estadual do MST.

TABELA 2
1996 - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E NÚMERO DE FAMÍLIAS
POR ESTADO DA FEDERAÇÃO

Participação do MST

Estado	Nº ocupações ²⁵	Nº famílias	Nº ocupações - MST ²⁶	%	Nº Famílias MST ²⁷	%
Pernambuco	40	5.433	19	48	3.063	56
São Paulo	38	6.326	11	30	5.431	86
Paraná	37 ²⁸	6.952	53	143	10.135	146
Bahia	35	6.135	06	17	2.350	38
Pará	33	5.215	02	6	2.200	42
Rio Grande do Norte	29	2.524	12	41	1.240	49
Mato Grosso do Sul	25	3.489	05	20	1.478	42
Minas Gerais	25	1.371	01	0.4	80	06
Goiás	24	2.314	05	21	870	38
Mato Grosso	17	3.888	02	12	2.454	63
Sergipe	14	2.043	13	93	2.110	103
Paraíba	12	1.326	01	0.8	127	10
Santa Catarina	11	1.945	11	100	2.068	106
Maranhão	09	2.460	03	33	1.776	72

²⁵ - Ocupações registradas pela Comissão Pastoral da Terra - CPT.

²⁶ - Ocupações registradas pelo MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

²⁷ - Observe que o MST é o movimento social que realizou quase metade das ocupações ocorridas em 1996, representando 72% das famílias envolvidas.

²⁸ - Quando esse valor for menor que o constante na coluna nº de ocupações - MST, significa que não foram registradas todas as ocupações ocorridas naquele estado. Esse levantamento foi feito pela Comissão Pastoral da Terra - CPT e pelas dificuldades, por causa da extensão do território brasileiro, a entidade não conseguiu registrar todas as ocupações. O MST possui um banco de dados em que registra todas as suas ocupações. Por essa razão pode haver diferença de números.

Tocantins	09	304	0	0	0	0
Rondônia	07	1.245	04	57	1.455	116
Ceará	07	679	05	71	695	102
Piauí	06	348	01	17	200	57
Alagoas	05	1.943	09	180	1.476	76
Rio Grande do Sul	04	4.926	03	75	2.603	53
Espírito Santo	04	950	03	75	1.310	138
Acre	03	110	0	0	0	0
Distrito Federal	02	630	05	250	1.763	280
Rio de Janeiro	01	300	02	200	334	113
Amazonas	01	24	00	0	0	0
Total	398	63.080	176	44	45.218	72

Fonte: Comissão Pastoral da Terra - 1997. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - 1997.
Org. Bernardo Mançano Fernandes.

Em 1997, no mês de abril, o MST realiza a marcha nacional por terra, emprego e justiça. Dois mil sem-terra partiram de três diferentes pontos do País em direção à Brasília. A caminhada durou dois meses e, no princípio, foi desacreditada pelo Governo Federal. Todavia, ao chegarem em Brasília, tornaram-se o principal assunto da mídia, chamando a atenção e a admiração de todo o país. O MST planejou para chegar à cidade no dia 17, uma ano do massacre de Eldorado dos Carajás. Em Brasília, mais de trinta mil pessoas participaram da marcha.

Na segunda metade da década de noventa, com a mudança da conjuntura política nacional, surgiu uma nova configuração socioeconômica e territorial da questão agrária brasileira. Essa consiste em um processo de transformação recente, que se manifesta pelas ações e pelas medidas dos trabalhadores sem-terra, dos latifundiários e do Estado.

No Brasil, a questão agrária sempre foi um problema constante e repetitivo. A promessa da realização da reforma agrária pelo Estado é repetida a cada governo. O prolongamento dessa questão constitui-se no emperramento da modernização da agropecuária, determinado por diferentes formas do histórico controle político, ajustado pelo Estado e pelos latifundiários. É uma questão estrutural e o arranjo desse enorme problema nacional mantém-se firme, quase inabalável, pelo seu vigor astucioso e fundamentado, tanto por um projeto técnico evolutivo, quanto por uma concepção conservativa e linear, relacionados com a dependência política internacional. Por séculos, movimentos camponeses tentaram romper com essa estruturação, “desenvolvendo” o problema fundiário. Entretanto, todas as ações ainda não foram suficientes para uma mudança eminente. Pela sua perenidade, a questão nutre-se de conflitos que desencadeiam situações singulares, renovando-se e, por conseqüência, atualizando-se. Nesse processo, ocasionalmente, a questão agrária assume feições diferenciadas na forma sem modificar a sua essência. Na segunda metade desse século, a cada década, a questão agrária brasileira apresentou diferentes aspectos. Em seu conteúdo, a questão agrária é, antes de mais nada, a questão da terra, a questão da democratização da propriedade da terra. É a solução do problema fundiário e o estabelecimento de um projeto socioeconômico e político camponês, o ponto de partida para a transformação da questão agrária.

Na década de noventa, uma nova configuração da questão vem sendo produzida nas ações dos sem-terra, pela conquista da terra, por um lado, e por outro lado pelas ações dos ruralistas para a contínua manutenção de seus privilégios e interesses. E no interior desse enfrentamento o Estado, pressionado, cria e executa medidas políticas objetivando o tratamento da questão.

A persistência da questão agrária é uma cerca a um outro projeto político, o qual milhões de trabalhadores lutam para estabelecer. O desdobramento da questão agrária é produto da atuação dos trabalhadores e da contestação dos ruralistas. Sem a resolução desta questão por meio de uma reforma agrária, os sem-terra manifestam-se, desafiando a imposição, minando a estrutura fundiária concentrada e saturada. As suas ações de ocupação do território são fracionadas. E são conquistas neutralizadas pela seguida expropriação dos outros camponeses que, não conseguindo resistir as políticas do atual modelo de desenvolvimento agropecuário, tornam-se sem-terra, num redesenhar do espaço geográfico e político. Caminham, procuram dar movimento à questão que produz a inércia. Enfrentam, defendem a vida, refletida em sua cidadania, com a própria existência. Recomeçam, formam-se em espaços de seus domínios e se apresentam novamente, para outra vez, tomar o seu projeto e recolocá-lo de frente à cerca. A terra existe, assim como a luta, a fome, a lei, a justiça e a esperança.

A saturação da questão agrária brasileira.

Neste momento, dizemos que a constância da questão agrária provocou sua própria saturação. Em sua existência, o poder evidente dos latifundiários, ancorados pelo Estado, inviabilizou uma solução até hoje. Essa mesma situação que garantiu a sua permanência, agora conduz o problema a outro desdobramento, que se apresenta como rescisão com sua inerência. Os senhores da questão, frente a ação intensiva dos trabalhadores, procuram perspectivas que mantenham os seus interesses, mesmo que possibilitando mudanças na questão. Existem dois fatos que contribuíram para a saturação: a intensificação das ocupações de terras e a queda do preço da terra. Hoje, o latifúndio está agonizando. A conservação de um latifúndio poderá se tornar, cada vez mais, inviável. O risco da ocupação é um “problema” manifesto e o custo de sua manutenção, com a queda do preço e frente à perspectiva de um imposto progressivo e de outras medidas políticas, é desinteressante. Com efeito, o INCRA vem se tornando, provavelmente, o maior comprador de terras para a realização de projetos de assentamentos.

A intensificação das ocupações é resultado da territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que em contínua territorialização, organizou-se em 24 estados, em 1997, formando uma rede nacional de luta e resistência. Essa rede é formada por um conjunto de ocupações, de assentamentos, de secretarias e de cooperativas implantadas em vários municípios brasileiros. As ocupações acontecem nos processos de espacialização e territorialização do MST.

Na nova conjuntura política que se formou após 1995, a queda dos preços da terra é um fato em quase todo o território nacional. Como exemplos: no Estado de São Paulo, de 1994 a 1996, o preço da terra caiu 35%; No Estado do Rio Grande do Sul, em diferentes microrregiões, o preço caiu entre 30% e 50%. São diversos os fatores que explicam essa crise do mercado de terras. Dois fatores interativos são: as mudanças recentes na economia nacional

diminuíram o processo inflacionário. Até então, a terra sempre foi um investimento seguro, que valorizava acima da inflação, servindo à especulação como reserva de valor e de controle político. Em tempo recente serviu igualmente para acesso a crédito subsidiado para a agropecuária, que financiava a compra ou a grilagem de mais terras; Por outro lado, nos últimos anos, a territorialização da luta pela terra e da luta pela reforma agrária, especialmente pelo MST, tem aumentado o número de conflitos e, portanto, representam um temor, já que tem resultado em um conjunto de ações para a implantação de projetos de assentamentos. Deste conjunto de ações podemos citar: a mudança do Imposto Territorial Rural que desde o Estatuto da Terra deveria servir para tributar os latifúndios. Em todo esse tempo foi manipulado e até hoje teve apenas um significado simbólico para os grandes proprietários, que mesmo assim são os maiores sonegadores. Mas, sempre foi pago pelos pequenos proprietários. O aumento do valor das alíquotas para cálculo do ITR dos latifúndios, se aplicado, poderá inviabilizar a sua manutenção; A Lei do Rito Sumário que pode agilizar as desapropriações.

O poder e a astúcia dos ruralistas, o papel fundamental do Poder Judiciário em defesa dos interesses dos latifundiários e grileiros e a competência limitada do Estado têm causado um resultado perverso para a sociedade, principalmente para os trabalhadores. Com a crise do mercado de terras, o Estado - via Incra - tornou-se o principal comprador de terras. E pior, pagando um preço muito superior ao preço de mercado. Os exemplos são diversos: entre eles está o caso do Pontal do Paranapanema, onde o Governo do Estado de São Paulo e o Incra têm comprado terras devolutas ocupadas pelos sem-terra. Aí acontece o milagre da *transubstanciação*, em que o grileiro vende - a preço de mercado ou superior - as próprias terras do Estado para o Estado, enquanto os compradores afirmam estar pagando pelas “*benfeitorias*”. Em vários estados, as propriedades em desapropriação são supervalorizadas pela perícia e pelo Poder Judiciário, tornando as indenizações impraticáveis. Hoje, o governo federal possui um precatório de R\$ 4 bilhões para pagar aos latifundiários somente no ano de 1997. Frente a essa realidade, a reforma agrária é deturpada e, lentamente, cresce a perspectiva de uma reforma imobiliária. Assim, alguns latifundiários chegam mesmo a incentivar as ocupações, garantindo até a infra-estrutura como forma de agilizar a desapropriação. Desse modo, a expropriação é perversamente convertida em ato de compra e venda, o que chamamos aqui de *mercantilização da expropriação e da desapropriação da terra*. Para amenizar essa situação escandalosa, o governo federal decretou algumas medidas para a alteração de procedimentos. Por um lado, procura impedir as vistorias supervalorizadas. Por outro, procura impedir a desapropriação de terras ocupadas e garante a compra pelo preço de mercado. Essas medidas estão criando um espaço político para a implementação da denominada *reforma agrária amiga do mercado ou reforma agrária solidária*, implantadas desde 1996 no Estado do Ceará - no Nordeste - e que será implantada em São Paulo - na região Sudeste, o que é na realidade a mercantilização da terra. Dessa forma, a questão agrária, saturada, torna possível a transferência de capital dos latifundiários para outros setores da economia, especialmente, valendo-se deste momento de intensa privatização de empresas estatais. Os latifundiários já não relutam em receber os Títulos da Dívida Agrária (TDAs).

A questão da questão agrária.

Neste final de milênio, a secular questão agrária se delinea em pelo menos duas propostas políticas. Uma está representada pela política do atual governo e pode ser compreendida pelos trabalhos de Francisco Graziano (1996) e de Fernando Henrique Cardoso (1997). O principal fundamento desses trabalhos enfatiza que a reforma agrária é uma política social para atender a população miserável que luta pela terra, procurando dessa forma amenizar os conflitos. Desse ponto de vista, não é uma política de desenvolvimento econômico, mas sim uma política compensatória. Nesta proposta, o “Estado” é o principal articulador do processo de implantação dos projetos de assentamento e definidor de uma política agrícola para a agricultura camponesa. Não aceita a pressão da ocupação de terras e controla o processo de seleção dos beneficiados, determinando quais os trabalhadores que poderão ter acesso à terra. Define quais terras serão utilizadas, quais os estados e até quais as regiões prioritárias, onde serão executados os projetos.

O governo vem atuando muito mais na regularização das áreas de posseiros do que na realização de assentamentos. Como articulador da questão, é dependente da bancada ruralista e, por essa razão, a realização de um projeto de reforma agrária é utilizado como propaganda para a implementação da mercantilização da terra. Não aceita a existência de 4,5 milhões de trabalhadores sem-terra e propõe assentar apenas 280 mil famílias. Também não admite, oficialmente, a participação de trabalhadores “urbanos” em seus projetos. Por esses motivos, esse governo, como os outros, está sempre efetivando projetos de assentamentos já iniciados pelas lutas dos trabalhadores.

Em seus dezoito anos de existência, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, das suas diferenciadas experiências, dos erros e acertos, avanços e recuos, construiu uma proposta de reforma agrária, que pelo seu dimensionamento abrange diferentes e interativas questões socioeconômicas e políticas. Para o Movimento, a reforma agrária é mais que uma política de desenvolvimento econômico, é também um processo de transformação política. Neste trabalho, nos limitamos a observar apenas as questões referentes à execução de projetos de assentamentos. O MST é a principal referência do governo no que diz respeito ao embate sobre a reforma agrária. O Movimento, por sua práxis, desenvolve um processo de luta que implica na conquista da terra e dos recursos necessários para a viabilização do projeto de assentamento. Neste contexto, os assentamentos tornam-se continuamente espaços políticos que possibilitam ao MST a articulação de novas ocupações e conquistas. Pela correlação de forças da conjuntura política, os Sem-Terra desenvolvem um projeto de definição das regiões e dos estados, onde as lutas são mais promissoras; Selecionam as terras conforme a melhor realidade, reúnem, mobilizam e organizam as famílias para a ocupação e partem para o enfrentamento. Desse modo, desafiam o governo e negociam as questões efetivadas.

Nas diferentes regiões, os assentamentos são uma resposta socioeconômica e política das famílias assentadas. As mudanças qualitativa na vida das famílias é, em primeiro lugar, a resposta da conquista. A melhoria de suas condições de existência e os impactos econômico e políticos que causam nos municípios já são uma realidade em diversos estados. Neste sentido, os sem-terra vêm contribuindo para o desenvolvimento da economia local. Dessa forma vão dimensionando a questão agrária e conquistando novas políticas e espaços que, agora, passam a

se concretizar. O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária é uma importante conquista que deve constituir uma política agrícola para a agricultura camponesa.

A questão agrária hoje já não nos coloca mais a pergunta: quem é contra ou a favor da reforma agrária? A imensa maioria da sociedade e suas forças políticas são favoráveis a realização da reforma agrária. A resposta que se apresenta agora é: *qual reforma agrária?*. A reforma agrária dos trabalhadores ou a reforma agrária dos proprietários e empresários? Qual projeto vai ser implementado? Esse é o desdobramento da saturada questão agrária brasileira. É certo que a questão agrária continuará nos desafiando, afinal como diz Martins: "na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, que sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer" (Martins, 1994, p. 12-13).

De 1986 a março de 1996 foram conquistados 1.564 assentamentos com 4.870 hectares, onde estão assentadas 145.712 famílias (ver tabela 3). Essas conquistas não mexeram na concentrada estrutura fundiária brasileira. A luta pela reforma agrária no Brasil transforma-se numa das principais lutas da classe trabalhadora. É impossível pensar a democracia e o desenvolvimento deste País, sem reforma agrária e uma política agrícola para o campesinato brasileiro.

Tabela 3 - Assentamentos de reforma agrária no Brasil (1986-1996*)			
Estados	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias assentadas	Área (ha)
Acre	02	387	39.847
Amazonas	02	1.221	135.544
Amapá	01	153	7.760
Pará	19	10.812	474.155
Rondônia	03	1.347	70.645
Roraima	03	949	102.579
Tocantins	96	8.381	41.557
Região Norte	126	23.250	872.087
Alagoas	12	857	8.738
Bahia	106	11.323	371.277
Ceará	136	8.314	297.063
Maranhão	136	26.685	1.040.506
Paraíba	70	4.998	50.801
Pernambuco	124	8.318	72.881
Piauí	139	7.489	326.087
Rio Grande do Norte	60	5.265	110.602
Sergipe	53	3.055	39.198
Região Nordeste	836	76.304	2.317.153
Espírito Santo	34	1.131	12.939
Minas Gerais	37	3.454	138.591
Rio de Janeiro	47	3.701	32.456
São Paulo	48	5.462	97.531

Região Sudeste	166	13.748	281.517
Paraná	134	8.223	162.166
Rio Grande do Sul	111	5.376	104.184
Santa Catarina	77	2.821	48.203
Região Sul	322	16.420	314.553
Goiás	51	3.114	167.984
Mato Grosso do Sul	26	5.142	142.681
Mato Grosso	37	7.734	774.197
Região Centro-Oeste	114	15.990	1.084.862
Total - Brasil	1.564	145.712	4.870.172

*Dados organizado até março de 1996.

Fonte: INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; MST - Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra.

A política agropecuária implantada pelos governos militares fez surgir o maior movimento social de ocupações de terras do Brasil. Os militares acreditavam e muitos políticos brasileiros, ainda hoje acreditam, que o desenvolvimento industrial e a modernização tecnológica da agricultura prescindiria da reforma agrária. Essa postura política tem levado à morte milhares de brasileiros. Ao contrário, a tecnologia no campo e na cidade tem apresentado cada vez mais a condição premente da realização da reforma agrária no Brasil. Concordamos com Chonchol, que:

"Finalmente, podría afirmarse incluso que la combinación de un fuerte crecimiento demográfico y de la incapacidad del sistema industrial urbano para absorber todos os excedentes de mano de obra que crea la modernización capitalista en el campo, está em vías de recrear una economía campesina como refugio para millones de habitantes rurales que el contexto estructural de la modernización impide que se proletaricem completamente".(Chonchol, 1994. p. 419).

Acreditando nessa perspectiva, os sem-terra brasileiros lutam, ocupando terra, acampando, conquistando e se territorializando. Dessas experiências, esse povo de "beira de quase tudo, retiram suas lições de semente e história. Assim, espremidos nessa espécie de geografia perdida, que sobra entre as estradas, que é por onde passam os que têm onde ir, e as cercas, que é onde estão os que têm onde estar, Os Sem-Terra sabem o que fazer: plantam. E plantam porque sabem que terão apenas o almoço que puderem colher, como sabem que terão apenas o país que puderem conquistar"²⁹.

²⁹ - Trecho do Filme O Canto da Terra, de Paulo Rufino.

Bibliografia.

ABRA. Lorena, o homem e a obra. *Revista Reforma Agrária*.(Campinas), v. 18, 1989.

ANISTIA INTERNACIONAL. Brasil: *violência autorizada nas áreas rurais*. Anistia Internacional: Londres, 1988.

BOFF, L. *Igreja: Carisma e Poder*. Petrópolis: Vozes, 1981.

BOFF, L. *Nova evangelização - perspectiva dos oprimidos*. Fortaleza: Vozes, 1990.

BOFF, L. *América Latina: da conquista à nova evangelização*. São Paulo: Ática, 1992.

BOFF, L. *Ecologia Mundialização Espiritualidade*. São Paulo, Ática, 1993.

CARDOSO, F. H. *Reforma Agrária - Compromisso de Todos*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997.

CHONCHOL, J. *Sistemas Agrarios en América Latina - De la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. Santiago, Fondo de Cultura Económica, 1994.

CPT - *Conflitos no Campo: Brasil - 1996*. Goiânia: CPT, 1997.

- FAO/PNUD. Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária. *Versão Resumida do Relatório Final do Projeto BRA 87/022*. Brasília: FAO/PNUD, 1992.
- FERNANDES, B. M. "Da terra prometida à terra definitiva" - Na criação do "território liberado" a realização da Reforma Agrária. In *ANAIS do VIII ENCONTRO NACIONAL de GEÓGRAFOS*. (São Paulo), AGB, 1992, p.p. 697-712.
- FERNANDES, B. M. "O todo é a parte e a parte é o todo" - A interação espaço-sujeito. *Revista de Geografia da UNESP (São Paulo)*, nº 10, 1992.
- FERNANDES, B. M. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Territorialização da Luta pela Terra no Brasil. *Revista de Geografia Teórica (Rio Claro)*, Nºs 43-44, 1992.
- FERNANDES, B. M. Amassando a massa: para uma crítica ao conceito de massa. *Caderno Prudentino de Geografia (Presidente Prudente)*, nº 16, 1994.
- FERNANDES, B. M. Theoretical-Methodological Questions of Brazilian Agrarian Geography. *The European Geographer Review*. Associação dos Jovens Geógrafos de Lisboa, 1995.
- FERNANDES, B. M. A Modernidade no Campo e a Luta dos Sem Terra. *Revista de Cultura Vozes*, número 1, ano 90. Editora Vozes. Petrópolis, 1996.
- FERNANDES, B. M. *MST - Formação e Territorialização*. Editora Hucitec. São Paulo, 1996
- FERNANDES, B. M. Reforma Agrária e Modernização no Campo. *Revista Terra Livre* nº s 11-12. AGB/DEN. São Paulo, 1996.
- FERNANDES, B. M. - A judiciarização da reforma agrária. *Revista GEOUSP*. Ano 1 nº. 1. Pós-Graduação em Geografia - USP. São Paulo, 1997.
- FERNANDES, B. M. Formação, espacialização e territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. *Anais do 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Universidade de Buenos Aires, 1997.
- FERNANDES, B. M. A luta do MST na construção da democracia. In *Revista Advir*. Associação dos docentes da UERJ. Nº 10. Outubro de 1997.
- FERNANDES, B. M. Espacialização e territorialização do MST. In *A reforma Agrária e a luta do MST*. Vozes. Petrópolis, 1997.

- FIBGE. *Censo Agropecuário de 1970* - São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1975.
- FIBGE. *Censo Agropecuário de 1975* - São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1979.
- FIBGE. *Censo Agropecuário de 1980* - São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1984.
- FIBGE. *Censo Agropecuário de 1985* - São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.
- FIBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1992*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1993.
- GORGEN, S. (Coord.). *Uma foice longe da terra*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GRAZIANO, F. *Qual Reforma Agrária?* São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*. Tomos I e II. Madri: Taurus, 1985.
- LEFEBVRE, H. *Espacio y Política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Blackwell Publishers: Cambridge, Massachusetts, 1991.
- MARTINS, J. S. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, J. S. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, J. S. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1986a.
- MARTINS, J. S. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986b.
- MARTINS, J. S. *A Reforma Agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986c.
- MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARTINS, J. S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, J. S. *O poder do atraso - Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

- MIRAD/CCA. *Conflitos de Terra*. Brasília: MIRAD, 1986.
- MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964 - 1985*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. *Construindo o Caminho*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Organização do Movimento/Quem é quem na luta pela terra. *Cadernos de Formação, n° 01*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. História da Luta pela Terra. *Cadernos de Formação, n° 02*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Como se organiza movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra, *Cadernos de Formação, n° 05*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Terra não se ganha, se conquista. *Cadernos de Formação, n° 09*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. A luta continua: como se organiza os assentados. *Cadernos de Formação, n° 10*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo. *Cadernos de Formação, n° 11*. São Paulo: MST, 1986.
- MST/SP. *Terra não se ganha, terra se conquista: a caminhada do Movimento dos Sem Terra de Sumaré II*. São Paulo: MST/SP - AGB/SP, 1986.
- MST/SP. *Terra não se ganha, terra se conquista: a caminhada do Movimento dos Sem Terra de Sumaré III*. São Paulo: MST/SP - AGB/SP. São Paulo, 1987.
- MST. Nossas prioridades. *Cadernos de Formação, n° 12*. São Paulo: MST, 1987.
- MST. Nossa força depende de nossa dedicação. *Cadernos de Formação, n° 13*. São Paulo: MST, 1987.
- MST. Nossa força depende da nossa dedicação. *Cadernos de Formação, n° 13*. São Paulo, 1987.
- MST. Construir o sindicalismo pela base. *Cadernos de Formação, n° 14*. São Paulo, 1987.
- MST. Plano Nacional do MST - 1989 à 1993. *Cadernos de Formação, n° 17*. São Paulo: MST, 1989.

- MST/SP. *Dossiê - Sem Terra do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: MST/SP, 1991.
- MST. *Landless of Brazil*. São Paulo: MST, 1992.
- MST. *Canções da luta. MST*. São Paulo, 1992.
- MST. *Proposta do MST ao Governo Itamar Franco*. Documento do MST. Brasília, 1993.
- MST. Programa de Reforma Agrária. *Cadernos de Formação n° 23*. São Paulo: MST, 1995a.
- MST. *Vamos organizar a base*. São Paulo: MST, 1995b.
- NOGUEIRA, A. *O sujeito irreverente*. Campinas: Papirus, 1993.
- OLIVEIRA, A. U. - Agricultura e Indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia, n° 58*. São Paulo: AGB, 1981.
- OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de reprodução e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, A. U. - O campo Brasileiro no final dos anos 80. in *Boletim Paulista de Geografia, n° 66*. São Paulo: AGB, 1988a.
- OLIVEIRA, A. U. *A Geografia das lutas no campo*. Ed. Contexto. São Paulo, 1988b.
- OLIVEIRA, A. U. *Integrar para entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papirus, 1988c.
- OLIVEIRA, A. U. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus, 1989.
- OLIVEIRA, A. U. *A agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- ONU/PNUD - *Informe Sobre Desarrollo Humano*. Madri: ONU/PNUD, 1993.
- RAFFESTIN, C. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993
- RIBEIRO, N. F. *Caminhada e Esperança da Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- SANTOS FILHO, J. R. e PORTO, M. Y. - A geografia da violência e algumas presenças em conflitos pela posse da terra. *Revista Reforma Agrária*, (Campinas), v. 14, 1984.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SENADO FEDERAL. *Projeto de Lei nº 65, de 1992*. Brasília: Senado Federal, 1992a.
- SENADO FEDERAL. *Projeto de Lei nº 67, de 1992 - Complementar nº 71/89*. Brasília: Senado Federal, 1992b.
- SILVA, J. GOMES da. *Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- SILVA, J. GOMES da. *Buraco Negro: a reforma agrária na constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- STÉDILE, J. P. e GORGEN, F. S. *A luta pela terra no Brasil*. Scritta Editorial. São Paulo, 1993.
- STÉDILE, J. P. (Org.) *A Questão Agrária Hoje*. Editora da Universidade/ANCA: Porto Alegre, 1994.
- STÉDILE, J. P. (Org.) *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Vozes: Petrópolis, 1997.
- TARELHO, L. C. *Da consciência dos direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Programa de Pós - Graduação de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TARELHO, L. C. - O Movimento Sem Terra de Sumaré: espaço de conscientização e de luta pela posse da terra. *Terra Livre nº 06*. São Paulo: AGB-Marco Zero, 1989.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.). *Revoluções Camponesas na América Latina*. Ed. São Paulo: Unicamp/Icone, 1985.
- TONELLI, P. *Lei Agrária: um instrumento para combater o latifúndio e democratizar o acesso a terra*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1993.

Quem são os Sem-Terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.

Cristiane Barbosa Ramalho¹

Introdução.

Propomos, neste trabalho, um tema que versa sobre a questão da identidade dos sem-terra. Estamos desenvolvendo esse projeto de pesquisa desde agosto de 1997, tendo como parâmetros: bibliografia selecionada, colóquios no qual foram debatidos temas pertinentes ao projeto e realização de pesquisa de campo. É com base nesses procedimentos que procuramos os subsídios que nos auxiliassem na compreensão de quem são os sem-terra: personagens que conquistam frações de territórios no campo brasileiro, lutam contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários; contra a exploração econômica que se concretiza na ação das grandes empresas capitalistas que subjagam o fruto do seu trabalho, e na política econômica do Estado que cria e garante as condições dessa sujeição.

É no tocante à essa consideração que o texto estrutura-se: num primeiro momento realizamos uma reflexão atinente ao processo de luta pela terra que expressa a condição em que o trabalhador encontra-se no movimento contraditório da relação capital x trabalho. Numa segunda parte, explicitamos o processo de grilagem das terras do Pontal do Paranapanema; a espacialização e a territorialização do MST na região do Pontal, para que possamos compreender os conflitos por terra que envolvem o Estado e os latifundiários-grileiros.

Na terceira parte discutimos quem são os sem-terra organizados no MST, que representam os expropriados do modo de produção capitalista, e que reivindicam o uso social da terra, a reforma agrária e a cidadania.

Dessa maneira, é nosso objetivo praticar o exercício da leitura geográfica, vislumbrando refletir o tema e contribuir para o seu desenvolvimento.

A luta pela terra.

Com a intensificação da indústria brasileira, a partir de 1950, o eixo econômico deslocou-se do campo para a cidade. Muitas pequenas propriedades passaram a ser incorporadas pelas grandes monoculturas mecanizadas de cana-de-açúcar, soja, laranja, algodão etc. A mão-de-obra familiar foi sendo substituída pelo assalariamento do trabalhador rural, surgindo, então, o “bóia-fria”. O campo foi se esvaziando enquanto proliferaram e proliferam, nas cidades, os bairros periféricos, os subempregados, desempregados, a marginalidade e todos os problemas urbanos. É com essa modernização que ocorre a

¹ - Aluna do 4º ano do curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP - Pres. Prudente; bolsista do Programa CNPq/PIBIQ com o projeto “Quem são os sem-terra? A relação campo-cidade na questão da reforma agrária” e membro do NERA (Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária) sob coordenação do Prof. Bernardo Mançano Fernandes.

valorização monetária da terra e que expressa a concentração da propriedade. Com esse cenário posto, os trabalhadores rurais passam a ser sujeitos conhecidos como: **SEM-TERRA**. A expulsão do campo agrava a situação desses sujeitos sociais, mas esse processo dimensiona-se na luta pela terra.

A luta pela terra apresenta uma historicidade, expressando-se desde o início do processo de “ocupação” e “desenvolvimento” do Brasil, tendo os povos indígenas como as vítimas da ganância pelas terras por parte dos colonizadores que aqui chegaram, escravizando-os e dizimando-os. Como nos lembra Oliveira, 1988, p.15: “Talvez, estivesse aí o início da luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e luta dos filhos do sol em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido”.

É por se tratar de uma historicidade que temos no seio da luta pela terra, a luta dos escravos (Séc. XVIII); a luta travada entre camponeses e o exercito (1.896/1.897, guerra de Canudos, nos sertões da Bahia); Contestado que foi uma luta travada no Sul (Paraná e Santa Catarina - 1.912 e 1916), que envolveu aproximadamente 20.000 rebeldes e a metade do efetivo do Exército Brasileiro; Trombas e Formoso (década de 50), ocorreu em Goiás quando iniciaram-se os conflitos por questão das grilagens de terras e o PC do B colocou seus agentes para trabalhar e viver na região; as Ligas Camponesas (décadas de 50 e 60), no qual os trabalhadores rurais do Nordeste procuram por eles mesmos uma solução, afastando a possibilidade de solução do problema agrário regional por meio da colonização que não beneficiaria os camponeses.

É a própria contradição quem move a história. No Brasil, o impacto modernizante do neoliberalismo ganha, na década de 90 proporções sem precedentes. Grande parte dos excluídos têm suas raízes no campo. Estes foram expulsos da terra principalmente pela industrialização das décadas de 50, 60 e 70, e não sendo integrados à cidade devido à sua desqualificação profissional, esta parcela da população estaria condenada a não existir em lugar nenhum. Em resposta a política econômica e fundiária do governo militar e a violência com que a questão agrária estava sendo tratada é que surgiram os novos movimentos sociais. Entre esses movimentos destaca-se o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, cuja gênese aconteceu no final da década de 1.970, ganhou identidade nos anos 80 e se transformou, na década de 90, no principal movimento social do país.

O MST, destaca-se por sua forma de organização e atuação. O movimento está organizado nacionalmente, com secretarias estaduais e regionais. Em 1.985, o MST realizou o seu primeiro Congresso Nacional na cidade de Curitiba. Desde então, territorializou-se por 23 estados e no Distrito Federal, tornando-se o maior movimento social da América Latina (FERNANDES, 1.996) na luta pela terra. Em cada estado, o MST encontrou realidades distintas a respeito da questão fundiária. Em nossa pesquisa, nos preocupamos com o processo de grilagem do Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo.

O Processo de Grilagem das Terras do Pontal.

O Pontal do Paranapanema localiza-se no extremo Oeste do Estado de São Paulo, compreendendo segundo a Unipontal² (União dos Municípios do Pontal) os seguintes municípios: Caiuá, Estrela do Norte, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Sandovalina, Santo Anastácio, Tarabai, Euclides da Cunha e Rosana.

Grilagem é um processo de falsificação de documentos das propriedades fundiárias. O termo nasceu do dito popular e foi descrito por pesquisadores e escritores. Segundo a explicação de Monteiro Lobato, é a técnica de se envelhecer papéis usando grilos: os papéis são colocados em gavetas com centenas de grilos, estas são trancadas e assim que os insetos morrem, apodrecem soltam toxinas que mancham os papéis, dando-lhes, assim, o aspecto de velho. (Apud Fernandes, 1996a, p. 103).

A história da Grilagem de terras no Pontal do Paranapanema têm seu início em maio de 1856, quando Antônio José de Gouveia chega à região e extrai o registro paroquial de uma imensa gleba de terras, à qual dá o nome de Fazenda Pirapó – Santo Anastácio. A descrição do grilo é a seguinte: os limites da fazenda vão desde a barranca do Rio Paranapanema, seguindo por 10 léguas o Rio Paraná acima e voltando-se para leste, pelas vertentes do Rio Pirapó, até encontrar-se de novo com o Rio Paranapanema³.

Na mesma época, outro grileiro, José Teodoro de Souza obtém semelhante registro paroquial do registro de posse da Fazenda Rio do Peixe ou Fazenda Boa Esperança do Aguapeí.

Se faz necessário atentar que após 1850, a Lei de Terra permitia a legitimação das terras ocupadas até 1856 e proibia as ocupações de terras devolutas, a não ser por meio de aquisição de compra; desde essa Lei as terras não registradas e legitimadas foram consideradas devolutas.

Antônio José Gouveia teria vendido a sua posse à Joaquim Alves de Lima, que deixou como herança para o seu filho João Alves de Lima. Este não conseguiu legitimar as terras. Para tentar “esquentar” a posse João Alves troca a Fazenda Pirapó – Santo Anastácio com o agrimensor Manuel Goulart, o então possuidor do registro paroquial da Fazenda Rio do Peixe.

Manuel Goulart tenta legitimar as terras, mas não consegue, então começa a loteá-las. É o começo do conflito fundiário no Pontal do Paranapanema, em que, para se conquistar as terras, jagunços exterminaram os índios Caiuás e Caingangues, com o pretexto de combater o “bugre ateu”.

Em 1917, chega a estrada de ferro a Presidente Prudente, trazendo migrantes para a região, atraídos pelos grileiros para a derrubada das matas do Pontal. Nesse tempo, 2/3 da Fazenda Pirapó – Santo Anastácio tinha sido adquirida pela Cia dos Fazendeiros de São Paulo, cujo principal dirigente é o coronel José Soares Marcondes, que inicia a venda de lotes

² Optamos por entender Pontal do Paranapanema pela definição da Unipontal por estar mais diretamente ligada aos problemas políticos do Pontal e, assim, exercer influencia significativa na problemática agrária.

³ - O texto a seguir foi produzido com base na leitura da tese de livre docência do geógrafo José Ferrari Leite, 1981.

urbanos e vende as áreas de cidades da região, como por exemplo: Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Alvares Machado e Anhumas.

Em 1927, a Cia dos Fazendeiros têm sua falência decretada e, no ano seguinte, o Coronel José Soares Marcondes transferiu a massa falida⁴ para o Coronel Alfredo Marcondes Cabral.

Em 1930 o governo volta a se pronunciar sobre a questão da Fazenda Pirapó - Santo Anastácio, tratando do destino da massa falida da Cia dos Fazendeiros. Nesse entretanto, os peritos da Fazenda do Estado acabam por concluir que era falso o registro paroquial feito em São João Batista do Rio Verde, no ano de 1865. A Fazenda do Estado afirma que os “títulos originais de posse e domínio particulares sobre as terras da aludida fazenda foram falsificados criminalmente, com o fim de lesar o patrimônio público do Estado. Assim, todos os títulos referentes ao imóvel, desde o registro paroquial de 14 de maio de 1865 até a permuta feita em 11 de janeiro de 1890, entre João Evangelista de Lima e Manuel Pereira Goulart, são falsos ou nulos e sem qualquer valor jurídico. Nestas condições, tais terras fazem parte do domínio do Estado, como devolutas que são.

Em 1932, a secretaria da Agricultura do Estado divulga nota oficial comunicando ser perigosa a compra de terras na região do Pontal, por serem devolutas. Mesmo assim os negócios continuaram a serem feitos, os compradores que se deslocavam para o Oeste queriam comprar e os grileiros queriam vender. E para assegurar o procedimento tranqüilo de sua atividade, eles apelavam incansavelmente contra as decisões judiciais desfavoráveis ao Estado. No transcorrer da história, as terras devolutas do Pontal estiveram em poder de nomes conhecidos da política e meios financeiros paulista, como as famílias Mellão Nogueira, Cesarino dos Santos, Gonçalves Fóz, Antônio Silva (prefeito de Assis), Ênio Pipino (prefeito de Presidente Venceslau) e Justino de Andrade (prefeito de Presidente Bernardes) - todos do partido do então governador Adhemar de Barros - inclusive entre os proprietários Antônio de Barros Filho, irmão do governador.

Em 1935, Alfredo Marcondes transfere 2/3 da fazenda à Xavier Pereira e Homero de Barros Veiga. No ano seguinte, Marcondes funda, na capital da República (Rio de Janeiro), a Cia Imobiliária e Agrícola Sul-Americana e três meses depois readquire daqueles mesmos, a totalidade das terras que havia transferido um ano antes. O coronel, servindo-se da recém criada Cia Imobiliária, lança-se a vender lotes no Pontal do Paranapanema.

Na década de quarenta, o Governador Fernando Costa cria as reservas florestais: Morro do Diabo, da Lagoa São Paulo e a Grande Reserva do Pontal, somando 297.400 hectares. Apesar de haver muita área de floresta a ser preservada, as levas de migrantes atraídas pelos grileiros e em busca de terras iriam tornar sem efeito os decretos-lei de Fernando Costa. Em 10 anos a população da região cresceria de 275.000 para 416.000 pessoas.

Em 1950, morre em Presidente Epitácio, Alfredo Marcondes Cabral. Seu império em parte fora tomado por grileiros mais fortes e uma parte considerável ficara com os herdeiros.

⁴ Por massa falida entendeu-se inclusive os direitos e ações sobre quaisquer sobras ou remanescentes da propriedade denominada Fazenda Pirapó – Santo Anastácio, por ventura existentes e que não puderam ser arrecadadas por estarem detidas por terceiros.

Novos grileiros ocupavam a área agora. Um deles é Sebastião Camargo, dono da empreiteira Camargo Correia, em sociedade com a família de Adhemar de Barros. O que leva o Estado a “incumbir” a empresa a construir o ramal ferroviário de Dourados (por dentro da reserva florestal do Pontal). Detentora dessa informação e do percurso da ferrovia, a empresa compra grandes glebas que somam 15.000 hectares, todos com origem no título Pirapó - Santo Anastácio. No final da linha dos trilhos a empresa decide fundar a cidade de Rosana - nome da mãe de Sebastião Camargo e vão surgindo outros povoados que se consolidam como municípios: Marabá Paulista, Euclides da Cunha.

Em 1954, a Imobiliária e Colonizadora Camargo Corrêa S.A. lança edital de loteamento da recém fundada cidade de Rosana. O Estado embarga o loteamento na justiça, por serem públicas as terras referidas no edital. A empresa, não espera a sentença e põe-se a vender lotes. Ainda no mesmo ano, a Assembléia Legislativa começa a batalha parlamentar a respeito da peleja do Pontal: são deputados simpáticos aos grileiros, que querem revogar decretos das reservas florestais, e os deputados que defendem a manutenção daquelas áreas, em nome do interesse público. A batalha se dá em torno do projeto de deputado Cunha Lima, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que propõe a extinção simples das reservas sob o argumento de que “o Estado falhou em sua missão de conservar as matas”. Este projeto foi aprovado pelo plenário em primeira votação e rejeitado pela Comissão de Agricultura da Assembléia, que o considerou lesivo ao interesse público. Surge outro projeto que previa a liberação de apenas parte da reserva, que também foi derrubada. Na metade dos anos 50, Jânio Quadros assume o governo do Estado e manda demitir, suspender, transferir funcionários públicos acusados de envolvimento em ilegalidades com terras. Publica três decretos declarando de utilidade pública as terras das reservas florestais estabelecidas por Fernando Costa (1941), proíbe retirada de madeira da região e encaminha ações de discriminação de terras à justiça. O advogado do Estado, citando nominalmente os ocupantes e as raízes de seus títulos respectivos, conclui que estes não são válidos, uma vez que tanto o primeiro posseiro da Fazenda Pirapó - Santo Anastácio: Antônio José Gouveia, quanto José Teodoro de Souza, seu parceiro, eram figuras imaginárias, inexistentes. As ações judiciais foram esquecidas e concluiu-se a venda de lotes da cidade de Rosana.

Esses fatos são exemplos do complexo grilento em que se tornou o Pontal do Paranapanema. As forças políticas locais mantêm os seus domínios até hoje quando começam a negociar com o Estado a venda das terras, com o seu próprio dono.

A Espacialização e a Territorialização do MST na região do Pontal do Paranapanema.

Antes de refletirmos sobre a espacialização e a territorialização do MST na região do Pontal do Paranapanema, realizar-se-á uma breve análise do surgimento do MST no Estado de São Paulo, para apresentar a coerência e a continuidade no tempo e no espaço em que esse processo de luta se materializa.

O surgimento do MST no Estado de São Paulo expressa-se como resultado cumulativo de experiências de lutas dimensionadas entre 1980 e 1985/86. Desse modo, a formação do MST no Estado de São Paulo pode ser compreendida como a materialização da própria estrutura socioeconômica do país e nas transformações recentes da agricultura

brasileira, na expansão do capitalismo como relação social hegemônica, visando a reprodução ampliada e desenvolvendo-se contraditoriamente no tempo e no espaço. Esse processo fez emergir uma classe de expropriados que com identidade, objetivos e localização definida, organizam-se como resistência ao processo de territorialização do capital, visando a conquista do território. Assim, para entender o MST no Estado de São Paulo, torna-se necessário considerá-lo dentro de um processo econômico, político e social mais amplo e, principalmente, compreendê-lo como um processo cumulativo de experiências de lutas, resultantes da própria práxis desses sujeitos sociais, que se expressam diferencialmente no território. As primeiras experiências de luta que, num processo cumulativo, proporcionaram a consolidação do MST no Estado foram desenvolvidas na região de Andradina (Posseiros de Primavera), na região de Campinas (Movimento Sem-Terra de Sumaré), na região do Pontal do Paranapanema e, região de Itapeva, etc. Não cabe, neste trabalho, desenvolver uma reflexão atinente ao processo geral de territorialização e espacialização do MST em todo o Estado de São Paulo⁶, e sim, a compreensão desse processo, especificamente, na região do Pontal do Paranapanema.

O Pontal do Paranapanema apresentou um intenso processo de grilagem, que iniciou-se na última década do século XIX. Assim, é importante inserir a consolidação do MST na região dentro dessa própria formação histórico-social, ou seja, dentro do seu processo contraditório de ocupação, baseado na utilização de terras como mercadoria e na própria luta de classes, por meio da tríade Estado, latifundiários e Sem-Terra.

A situação fundiária do Pontal do Paranapanema é muito complexa, pois a região possui uma área total de 1.182.419,97 hectares, sendo que dessa totalidade 444.130,12 hectares são terras consideradas devolutas (pertencentes ao Estado) e 519.315,00 hectares estão em processo de Ação Discriminatória. A região também pode ser considerada como o berço da UDR (União Democrática Ruralista), instituição organizada de representação dos interesses dos fazendeiros e em oposição, principalmente às práticas de luta do MST.

O Pontal do Paranapanema, desde a sua ocupação, vem sendo palco de intensos conflitos fundiários entre o Estado, grileiros e posseiros. Esse processo de luta intensificou-se com a instalação, na segunda metade da década de 70, da Destilaria Alcídia e com o início da construção de três usinas hidrelétricas (Porto Primavera no Rio Paraná, Rosana e Taquaruçu no Rio Paranapanema). A partir dos anos 80, com a desaceleração das obras das usinas e com a demissão de milhares de trabalhadores, por parte da CESP, inicia-se a organização dos trabalhadores, desenvolvendo-se, assim, vários movimentos por terra e trabalho. Assim, foram se desenvolvendo várias experiências de luta na região, materializando a construção de um espaço de luta e de resistência, que consolidou, posteriormente, a formação do MST. Entre essas lutas podemos destacar a ocupação das Fazendas Tucano e Rosanela (1984), da Fazenda Água Sumida (Teodoro Sampaio), da Fazenda Areia Branca, em Marabá Paulista, que resultou no assentamento definitivo em 1988. Faz-se necessário ressaltar que esse processo de organização pela conquista do território, contou com a participação, objetiva e subjetiva de várias entidades e ou instituições, destacando-se a CPT (Comissão Pastoral da Terra), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, partidos políticos (PT, PC do B, etc.) e das

⁶ Para mais detalhes sobre o assunto ver: Fernandes, B. M. MST: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996, p.135 - 223.

CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), que assumiram um papel fundamental como construção de um espaço político-social que (re) dimensionou essas novas experiências de luta.

No tocante a esse processo de construção de um espaço de luta e resistência desenvolvida na região, o MST realizou a sua primeira ocupação na região do Pontal do Paranapanema no dia 14 de Julho de 1990, no qual 800 famílias, oriundas de diversas regiões do Estado de São Paulo e do Norte do Paraná, ocuparam a Fazenda Nova Pontal, no município de Rosana. Essas famílias permaneceram na área, foram despejadas e, posteriormente, acamparam às margens da BR-613. No dia 23 de Março de 1991, essas famílias ocuparam a Fazenda São Bento, localizada no município de Mirante do Paranapanema e permaneceram num processo constante de despejo e reocupação, sendo a situação regularizada com a conquista do assentamento no ano de 1994. Então, a partir desse momento, o MST inicia o seu processo de territorialização na região do Pontal do Paranapanema, ou seja, por meio da própria práxis desses sujeitos e das suas relações e manifestações no espaço (espacialização), dimensiona-se a conquista da fração do território, o que faz com que o MST se consolide enquanto Movimento organizado pela conquista do território. Dessa forma, a partir do processo de espacialização da luta pela terra (resultante do trabalho de formação e organização do MST), o MST se territorializa na região do Pontal, assumindo na atualidade uma ampla repercussão nacional, que é resultante do embate de classes sociais e da própria consolidação do MST no território.

Em termos de desafios que o MST apresenta na atualidade, pode-se apontar como principais: a questão da massificação da luta, ou seja, desenvolver qualitativamente e quantitativamente o Movimento, e, a questão da organização da produção, como forma de permanência no território conquistado; isto é, com as próprias transformações nas relações sociais e de produção, o MST reestrutura-se afim de inserir a sua produção no mercado, como forma de agregar valor aos produtos, via agroindustrialização. Para a concretização de tais objetivos, o Movimento expressa-se na atualidade organizado em forma de cooperativas de produção e prestação de serviços, incorporando diferenciadas inserções do trabalho coletivo e individual, como forma de dimensionar sócio-economicamente os assentamentos de reforma agrária. Um exemplo dessa forma de organização é a COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal), localiza-se no município de Teodoro Sampaio.

Assim: “Dos campos, das cidades, das frentes dos palácios, os Sem-Terra, esse povo de beira de quase tudo, retiram as suas lições e sementes da história. Assim, espremidos nessa espécie de geografia perdida que sobra entre as estradas, que é por onde passam os que tem para onde ir e as cercas, que é onde os que tem onde estar, os Sem-Terra sabem o que fazer: plantam. E plantam porque sabem que terão apenas o almoço que poderem colher, como sabem que terão apenas o país que puderem conquistar” (O Canto da Terra Apud Fernandes, 1996a, p56).

A espacialização e a territorialização do MST é a prova mais contundente da necessidade da reforma agrária. Mas sabemos que essa política agrária mantém a estrutura fundiária calcada no grande latifúndio. Essas serão questões que trataremos no próximo tópico do texto.

Quem são os Sem-Terra?

Com base nas reflexões e em nossos objetivos, faz-se necessário indagarmos: “mas afinal, quem são os sem-terra”? Essa questão sem dúvida efetiva a necessidade de estudarmos e pesquisarmos esses sujeitos sociais que vem aumentando, numericamente, e, por conseguinte espacializando e territorializando suas experiências cada vez mais (ver quadro abaixo).

1996 - Número de ocupações e número de famílias por Estado da federação - Participação do MST

Estado	Número de ocupações	Número de famílias	Número de ocupações - MST	%	Número de famílias MST	%
Pernambuco	40	5.433	19	48	3.063	56
São Paulo	38	6.326	11	30	5.431	86
Paraná	37	6.952	53	143	10.135	146
Bahia	35	6.135	06	17	2.350	38
Pará	33	5.215	02	6	2.200	42
Rio Grande do Norte	29	2.524	12	41	1.240	49
Mato Grosso do Sul	25	3.489	05	20	1.478	42
Minas Gerais	25	1.371	01	0,4	80	06
Goiás	24	2.314	05	21	870	38
Mato Grosso	17	3.888	02	12	2.454	63
Sergipe	14	2.043	13	93	2.110	103
Paraíba	12	1.326	01	0,8	127	10
Santa Catarina	11	1.945	11	100	2.068	106
Maranhão	09	2.460	03	33	1.776	72
Tocantins	09	304	0	0	0	0
Rondônia	07	1.245	04	57	1.455	116
Ceará	07	679	05	71	695	102
Piauí	06	348	01	17	200	57
Alagoas	05	1.943	09	180	1.476	76
Rio Grande do Sul	04	4.926	03	75	2.603	53
Espírito Santo	04	950	03	75	1.310	138
Acre	03	110	0	0	0	0
Distrito Federal	02	630	05	250	1.763	280
Rio de Janeiro	01	300	02	200	334	113
Amazonas	01	24	00	0	0	0
Total	398	63.080	176	44	45.218	72

Fonte: Comissão Pastoral da Terra - 1997. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - 1997. Org. Bernardo Mançano Fernandes.

Esses números são uma mostra significativa das ocupações e o MST vem contribuindo para que isso ocorra. No Estado de São Paulo, das 38 ocupações 11 foram realizadas pelo

MST, totalizando 5.431 famílias que são integrantes do MST. O significado nos ajuda a compreender que as famílias acreditam que o trabalho pode ser encontrado no campo.

Assim, para tentarmos compreender essa questão utilizaremos três autores que estão diretamente ligados a luta dos Sem-Terra. Fernandes é bacharel e licenciado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1988), onde fez mestrado (1994) e está se doutorando. Desde de 1989 é professor no Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente (SP), é pesquisador na área de geografia agrária, estudando reforma agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, sendo membro do Setor de Educação do MST desde 1990. Stédille formou-se em economia e especializou-se em economia agrária. Trabalhou muitos anos na secretaria da Agricultura do Rio Grande do sul, sendo hoje membro da direção nacional do MST. Para esses dois intelectuais os sem-terra são todos os trabalhadores rurais e urbanos que fazem parte da luta contra a expropriação e exploração do capital, portanto defendem que a Reforma Agrária é um direito de todos não importando ter os indivíduos origem na terra ou não. Podem ser sem-terra: pequenos produtores, meeiros, posseiros, mecânicos, carpinteiros, pedreiros, comerciantes e etc., o importante é ter consciência de classe, e como diz Oliveira (1996), “trata-se pois, de uma luta de expropriados que na maioria das vezes experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente”. É essa consciência que faz com que os Sem-Terra hajam de forma organizada, consolidando o Movimento. Para o MST, “a Reforma Agrária não deve ser um objetivo exclusivo dos trabalhadores rurais, mas deve congrega o conjunto das classes trabalhadoras brasileiras” (“Caderno de Formação”, 1986 : 48).

Para contribuir com a discussão temos Rapchan (1993), apresentando em sua dissertação de mestrado que a categoria trabalhadores não se restringe aos trabalhadores rurais, mas sim aqueles que estão identificados e que se identificam com o MST organizados enquanto instituição, a nível nacional, enfatizando que a categoria Sem-Terra é uma força de pressão política, não significando que esta se constitua em uma unidade internamente homogênea.

Reforça-se mais uma vez a idéia central de quem são os sem-terra, mas em contraposição temos o Estado. A Reforma Agrária proposta pelo Estado visa atender somente os trabalhadores rurais, para ele os trabalhadores urbanos não podem fazer parte desse objetivo porque não saberão trabalhar com a terra, mas sabemos que nas décadas de 60, 70 quando precisou-se de mão de obra para trabalhar nas indústrias que estavam se expandindo nas cidades o êxodo rural foi inevitável e grande parte dos trabalhadores rurais vieram trabalhar nesses parques industriais, ou seja, eles conseguiram se adaptar ao trabalho urbano. Com os avanços tecnológicos necessita-se cada vez mais de especialização, de uma produção flexível e grande parte desses trabalhadores não acompanham os avanços e estão fora desse sistema produtivo, logo a saída é partir para o trabalho informal ou voltar para o campo. Com isso, queremos mostrar que se os trabalhadores rurais conseguiram trabalhar nas indústrias, porque os trabalhadores urbanos não iram conseguir trabalhar na terra?

O primeiro Censo da Reforma Agrária realizado em 1996 pelo INCRA/Crub/UnB, apresentou no resultado da pesquisa a presença de atividades urbanas entre os assentados

antes de seu assentamento, indicando capacidade de atração, combinada com prováveis efeitos na atual conjuntura do país.

As 30 atividades mais freqüentes do beneficiário antes de seu assentamento, (Brasil 1996)

Atividade anterior	Porcentagem estimada de beneficiários envolvidos
agricultor/camponês	53.96
trabalhador rural	8.31
outras atividades	2.82
garimpeiro	1.48
motorista	1.45
pedreiro	1.42
seringueiro	1.39
bóia-fria	1.30
capaz/vaqueiro	1.28
diarista	1.08
outras atividades rurais	1.04
comerciante	0.98
doméstica	0.89
pecuarista	0.71
carpinteiro	0.64
servente	0.46
professora cursada	0.46
tratorista	0.44
mecânico	0.41
administrador	0.38
pescador	0.38
professora leiga	0.32
servidor público civil	0.32
comerciário	0.30
vigilante	0.28
madeireiro	0.27
metalúrgico	0.27
camelô/ambulante/vendedor	0.27
marceneiro	0.27
operador de moto serra	0.25

Fonte: *I Censo da Reforma Agrária* - INCRA/Crub/UnB

Como podemos observar por meio do quadro acima, os beneficiários do processo da reforma agrária são notavelmente agrícola, com ênfase na categoria agricultor/camponês 53,96%, trabalhador rural, entendendo aqui como aquelas pessoas que trabalhavam na agricultura na condição de assalariado representando 8,31%. As atividades urbanas embora sem muita relevância estatística mostram que as pessoas acreditam na possibilidade de conseguir terra e trabalho no campo, afirmando mais uma vez que o emprego urbano está desestabilizado e que a volta ao campo é inevitável.

Dessa forma, não existe a distinção entre o “ser” trabalhador rural e o “ser” trabalhador urbano na agricultura, mas sim que ao entrar em contato com a terra, construa as

condições para produzir, para comer, para trabalhar, desenvolvendo a agricultura camponesa. Esse fato é concretizado com o surgimento de milhões de famílias sem-terra, inseridas ou não em um movimento social. O aumento da demanda na luta pela terra fez com que surgissem outros movimentos sociais no Pontal. No quadro abaixo apresentamos os movimentos sociais que surgiram depois do MST no Pontal do Paranapanema.

MOVIMENTOS SOCIAIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA, PÓS - MST
10ª Região Administrativa do Estado

Nome	Município	Início	Líder - apoio político
1 - Movimento Sem-Terra de Rosana	Rosana	1995	STR de Rosana - Fetaesp
2 - Brasileiros Unidos Querendo Terra	Presidente Epitácio	1996	Geraldo Lopes de Oliveira
3 - Movimento Esperança Viva*	Mirante do Paranapanema	1996	Ailton Barbosa
4 - Movimento de Paz	Regente Feijó	1997	Clarício Inácio de Oliveira
5 - Movimento Terra Brasil**	Presidente Venceslau	1997	Richard Sorigotti
6 - Movimento Unidos pela Paz*	Tarabai	1997	João Mendes
7 - Movimento da Paz Sem-Terra***	Taciba	1997	Celso Cereja
8 - Movimento Terra e Pão*	Santo Anastácio	1997	?
9 - Movimento Sem-Terra do Pontal	Teodoro Sampaio	1998	?
10 - Movimento Terra da Esperança***	Presidente Bernardes	1998	Pedro José da Silva

Pesquisa e organização dos dados: Bernardo Mançano Fernandes.

*Racha do MST.

**Racha do Brasileiros Unidos Querem Terra.

***Racha do Movimento Unidos pela Paz.

Como podemos observar, esses movimentos estão localizados, mas representam a ação dos sem-terra. Segundo pesquisa realizada pela Comissão Pastoral da Terra (1997), em 1996, no Pontal do Paranapanema, os movimentos sociais, especialmente o MST, realizaram 25 ocupações com 3.887 famílias. Isso mais uma vez confirma que muitos trabalhadores sem-terra acreditam em melhoria de vida, por meio da conquista da terra, atingindo as dimensões sociais, políticas e econômicas.

Quem são os sem-terra por meio do panorama realizado ficou evidente, ou seja, são os trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos que almejam conseguir terra e trabalho apoiados numa organização que viabilize essa situação. Logo, a Reforma Agrária deve beneficiar todos os trabalhadores.

Considerações finais

O conhecimento se constrói num processo contínuo entre o real aparente e o concreto pensado - síntese de múltiplas determinações. De posse desse conhecimento, pode-se ter outra prática resultando e resultado de outra maneira de pensar e entender o mundo.

Para responder a pergunta principal realizamos um levantamento teórico baseado em intelectuais que estudam essa questão, e é dessa forma que chegamos a conclusão de que os sujeitos sociais, políticos e econômicos que se organizam na luta pela terra são **trabalhadores rurais e urbanos** que independentemente de terem origem na terra, buscam o controle do espaço e do trabalho. Segundo Fernandes (1997:69), “esse é o principal sentido da modernidade: a luta pela liberdade que a concepção capitalista quer fazer desaparecer ao criar uma inserção perversa, de dependência, por meio do controle político e econômico.”

Não podemos visualizar os sem-terra como um fenômeno em si, mas como um conjunto de forças que se integram e formam um Movimento organizado. A territorialização do MST em 23 Estados da Federação nos mostra que esse Movimento tem como aparato a luta pela reforma agrária, entendo esta como a construção da democracia em nosso país.

Portanto, a compreensão implica a habilidade de traduzir a realidade, assim, ao mesmo tempo em que se trabalham os conceitos, é importante o desenvolvimento das formas de expressão que traduzem essa compreensão.

Bibliografia

- ALMEIDA, R. A. *A conquista da terra pelo MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Pontal do Paranapanema: as ocupações das fazendas São Bento e Santa Clara*. Presidente Prudente, 1993. (Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, campus de Presidente Prudente, para a obtenção do título de bacharel em Geografia).
- ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*. In: As tentativas de organização das massas rurais - As ligas camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo. São Paulo: Brasiliense, p.234 - 259, 1964.
- FERNANDES, B. M. *MST - Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- . *A modernidade do campo*. Revista Cultura, nº 01 - Petrópolis: Vozes, 1996b.
- . *Questões Teóricas-Metodológicas da Pesquisa Geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária*. S. Paulo, Março, 1995.
- LEITE, J. F. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. Tese (Livre Decência em Geografia), Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais. Presidente Prudente: UNESP, 1981.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- OLIVEIRA, A. U. de. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1991.
- RAMALHO, C. B. *Quem são os sem-terra? A relação campo - cidade na questão da reforma agrária*. Presidente Prudente, 1998 (Relatório Parcial do Projeto de Pesquisa, apresentado ao CNPq/PIBIC e ao Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente).
- RAPCHAN, E. S. *De identidade e pessoas: um estudo de caso sobre os Sem-Terra de Sumaré - tese de Mestrado*. São Paulo, 1993.
- STEDILE, J. P & GORGEN, S.A. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scrita, 1993.

STEDILE, J. P (org.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.

MST: REORGANIZAÇÃO POLÍTICO-TERRITORIAL DOS ASSENTAMENTOS E A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS

Alexandre D. Ribas¹

Introdução.

Na última década desencadeou-se um processo de (re)ordenamento político - territorial dos assentamentos de reforma agrária vinculados à estrutura organizativa do MST. Nesse processo materializou-se a lógica da organização cooperativa da produção, tendo como base estratégica - organizacional, num primeiro momento, a implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), em 1992, que tem como base no assentamento, a formação de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's) e Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços (CPS's). No estado constituem a Central Cooperativa dos Assentados (CCA's), tendo como resultado a organização da CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), que consolidou-se dentro de um processo cumulativo de debates e experiências inerentes à verticalização político ideológica do MST.

A organização cooperativa é entendida como uma forma de organização do trabalho e da produção, cujo objetivo é expressar, enquanto resultados concretos, a sua própria viabilidade socioeconômica e o processo de gestão político - territorial em pauta. Ou seja, a cooperação agrícola, internamente ao MST, coloca-se como uma estrutura socioeconômica cuja introspecção volta-se para a própria consolidação da sua sustentabilidade político - ideológica.

Assim, este texto está voltado para a explicitação de um aprofundamento teórico - conceitual acerca da temática em questão, sendo que num primeiro momento direcionaremos a análise para a compreensão do processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), contextualizando e explicitando a essência e o sentido dessa expressão tático - estratégica ao processo de verticalização e ordenamento político - territorial do MST no Brasil. Num segundo momento, o objetivo é enfatizar a compreensão da diferencialidade de inserção dos assentados na lógica dessa estrutura de organização da produção, ou seja, as formas de cooperação internamente ao MST são diversas, tendo desde formas mais simples de organização, como é o caso dos mutirões, até as mais complexas, como é o caso das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's), o que evidencia a importância de se entender as contradições dessa diferencialidade, tanto do ponto de vista da estrutura política e organizativa do MST, como da própria diversidade concernente ao espectro sóciopolítico e cultural dos assentados.

Um outro ponto de fundamental importância caminha no sentido de que a questão posta deve estar subordinada ao instrumental teórico-metodológico adotado, como forma de propiciar a produção de uma "leitura" geográfica do fenômeno, ou seja, não tem sentido estudar a

¹ Aluno do 4º Ano do Curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP, membro NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária), sob coordenação do Prof. Bernardo Mançano Fernandes e membro do CEGeT (Centro de Estudos da Geografia do Trabalho), sob coordenação do Prof. Antonio Thomaz Júnior.

organização cooperativa como um fenômeno em si, mas sim geografizá-lo., compreendendo o ordenamento territorial do fato social, partindo da idéia de que o espaço geográfico não se expressa enquanto um cenário estanque, produzido por uma distribuição aleatória de objetos e fatos num tempo determinado, mas como ordenamento territorial, resultante do próprio movimento contraditório da sociedade².

O Processo de Consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados e a Expressão Político-Territorial do MST.

O processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e, por conseguinte, de territorialização da organização cooperativa da produção nos assentamentos de reforma agrária, está acoplado a um espectro mais amplo de verticalização político-ideológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), imbricada à dinâmica de enraizamento e consecução de seu projeto de gestão político-territorial. Dessa forma, faz-se necessário apresentar uma breve análise concernente à gênese e natureza do MST, enquanto uma organização institucionalizada de luta pela terra e pela reforma agrária. A gênese do MST deve ser compreendida no âmago de 3 aspectos/processos:

a) **Aspecto Sócioeconômico:** refere-se, basicamente, às transformações recentes da agricultura brasileira, principalmente assentadas em meados da década de 60, tendo como aparato o processo de “modernização” do processo produtivo e das relações de produção, cujo resultado foi a maximização de uma mecanização intensiva e, por conseguinte, a expulsão de uma diversidade de categorias de trabalhadores e proprietários (meeiros, arrendatários, posseiros, meeiros, etc.), materializando a hegemonia das relações de trabalho consubstanciadas na prática do assalariamento. Esse excedente de força de trabalho, num primeiro momento, deslocou-se/transferiu-se para as regiões de fronteiras agrícolas (Região Centro-Oeste, principalmente), seguindo a lógica dos projetos de colonização, coordenados e acoplados às práticas políticas do governo militar e, uma outra parcela, transferiu-se para as cidades, que apresentavam um momento de surto industrial e de assentamento/enraizamento do processo de urbanização, visando atender às demandas da força de trabalho industrial e consolidar a lógica da constituição de um “exército industrial de reserva” permanente, subordinada a essência hegemônica do processo de reprodução e acumulação do capital.

Ambos os flancos de “atração” dessa força de trabalho excedente passaram a expressar seus limites e contradições, sendo que nas regiões de fronteiras os camponeses não conseguiam reproduzir-se enquanto categoria e nas cidades grande parte dessa força de trabalho excedente emergiu-se na marginalização. Como resposta a esse processo, inicia-se a dinâmica de organização e resistência por parte desse contingente de expropriados, resultando assim, a partir de um processo cumulativo de lutas dispersas pelo território, a gênese do MST, primordialmente, na Região Centro-Sul do Brasil (São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul).

b) **Aspecto ideológico:** refere-se à participação e influência ideológica da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Igreja Luterana, como potencializadores de uma organização e

² Mais detalhes sobre a idéia de ordenação territorial da sociedade ver Thomaz Jr., 1996.

conscientização coletiva, tendo como aparato preceitos místicos e religiosos, resultando na consolidação do espaço de socialização política, espaço este de suma importância para a compreensão do processo de territorialização e espacialização do MST no Brasil³.

c) Processo de Democratização do País: o MST teve sua gênese, a partir dos anos 70, acoplada a um processo mais amplo de discussões voltadas à propagação de um discurso contra-hegemônico à ditadura militar. Dessa forma, as condições objetivas da época propiciaram a confluência de forças políticas (Sindicatos, Partidos Políticos, etc.) favoráveis à solidificação e surgimento do MST, enraizado e concretizado, em 1984, com a realização do I Encontro Nacional, realizado em Cascavel/PR.

As reflexões, principalmente por parte das lideranças do MST, acerca da organização da produção estiveram imbricadas ao processo de territorialização do MST no Brasil, sendo que iniciaram-se a partir da consolidação dos primeiros assentamentos organizados por este (MST). Nesse primeiro período (1979-1985), tem-se a hegemonia do **individualismo**, no qual a conquista da terra era concebida como objetivo máximo e o que existia, em nível de metodologias de organização, eram algumas experiências dimensionadas/coordenadas pela Igreja, por meio de grupos comunitários e associações informais, baseada nos fatos retratados na Bíblia, um trabalho, basicamente, de mutirão e limitados aos ideais cristãos, ou seja, o nível de cooperação era espontâneo. Assim, a principal dificuldade era a conscientização dos assentados, no que tange às barreiras da hegemonia do trabalho individual e a acerca da necessidade da construção de um espaço de debates e discussões e, por conseguinte, de ações práticas direcionadas à verticalização da organização da produção. Faz-se necessário ressaltar que no período pós-ditadura há uma redução significativa dos subsídios voltados à pequena produção, fato este que propiciou a concretização da primeira luta, internamente à égide organizativa do MST, com relação a produção, com a formação da Comissão Nacional do PROCERA, em 1986, sendo, portanto, uma faceta corporativa da organização dos assentados no que diz respeito a multiplicação e acumulação dos debates acerca da questão da organização cooperativa da produção.

No período de 1986-1990 os debates acerca da questão em pauta vão sendo aprofundados, com a participação de técnicos, vinculados ideologicamente, além da realização de diversas viagens (Israel, Espanha, Cuba, etc.), por parte de algumas lideranças, afim de conhecer e estudar uma diversidade de experiências e debates já acumulados em outros países. Desse modo, iniciou-se o processo de estruturação de uma proposta direcionada à organização da produção, sendo que consolidou-se a idéia da necessidade de diferenciação entre associação e cooperativa e a opção pela implementação da prática de organização cooperativa. Esse período caracteriza-se por um processo de sistematização e estudos, no qual solidifica-se, paulatinamente, a idéia de acoplar a cooperação como uma forma de potencializar o desenvolvimento socioeconômico, desde formas mais simples de organização (mutirões) até formas mais complexas (Cooperativas de Produção Agropecuária). Faz-se necessário ressaltar que um momento/fato importante para o processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados diz respeito ao redimensionamento do ordenamento político do MST como um todo (surgimento da palavra de ordem “ocupar, resistir e produzir”), sendo que a organização da

³ Para um maior aprofundamento do conceito de espaço de socialização política ver Fernandes, 1996.

produção passou a assumir um papel dentro de seu projeto político-estratégico, já que a conjuntura política desse período subsequente (Governo Fernando Collor de Melo) caracterizou-se por uma repressão intensa por parte do governo federal, o que criou uma série de obstáculos para que o MST desenvolvesse sua tática de ocupações massivas de terra, o que resultou numa etapa/necessidade de “voltar-se para dentro”, ou seja, o MST canalizou o seu debate e sua práxis para a construção, constituição e consolidação dos seus setores e, concomitantemente, para a solidificação e estruturação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), sendo que o objetivo era verticalizar a proposta de organização interna (organização da produção, etc.), como forma de sustentação do projeto político em pauta e resistência à adversidade da política conjuntural.

Um outro elemento importante que propiciou a consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados nesse período diz respeito as novas leis, peculiarmente no que tange a fundação e regulamentação das cooperativas, promulgadas na Constituição de 1988. Ampliando o espectro do cenário posto em questão, um outro elemento que compõe a temática que direcionamos nessas reflexões, enraíza-se no fato de que o esquema cooperativo adotado pelo MST foi viabilizado a partir da alteração da Lei 8.949/94, tendo a inclusão do artigo 442 da CLT, no qual qualquer seja o ramo cooperativo não existe vínculo empregatício entre os associados e a cooperativa e nem entre esta com os tomadores de seus serviços que, por outro lado causou outros desdobramentos territoriais, como é o caso das transformação das relações de trabalho no campo, no qual, principalmente na citricultura e mais recentemente no algodão e na cana-de-açúcar, maximizou-se o processo de flexibilização das relações de trabalho, por meio da contratação, por parte das empresas, sob o gerenciamento das cooperativas de mão-de-obra, dimensionando assim, a prática da contratação informal, que traz como consequência para o trabalhador assalariado a perda de alguns direitos e conquistas sociais garantidos com a Constituição de 88, tais como: descanso semanal remunerado, 13º salário, licença maternidade, FGTS etc. Assim, a mesma base legislativa no qual o MST assenta sua organização cooperativa, expressa, enquanto desdobramento territorial diferenciado, o processo de flexibilização das relações de trabalho, por meio da contratação sob os moldes das cooperativas de mão-de-obra⁴.

A partir da implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados, os debates passaram a ser direcionados com o objetivo de consolidar a proposta de implementação de cooperativas, imbricada à estrutura organizativa do MST em escala nacional. A primeira idéia que surgiu refere-se a criação de uma Cooperativa Nacional de Crédito, mas que com o aprofundamento dos debates acabou sendo rejeitada devido a sua inviabilidade calcada em suas potenciais restrições legais. A Direção Nacional do MST chegou a conclusão da necessidade de criação de um centro organizativo geral vinculado, inclusive, à legislação e como resultado de um Seminário realizado em Curitiba, em maio de 1992, para discutir a organização da produção, surge a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), resultante de um processo cumulativo de debates e experiências, concretizadas, inicialmente, a partir de 4 Cooperativas Centrais, nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, inerentes ao processo de territorialização do MST. A criação da CONCRAB significou a consecução do aparato legal, vislumbrando, do ponto de vista organizativo a posterior consolidação e

⁴ Mais detalhes sobre as cooperativas de mão-de-obra ver: Silva, P. R. C. E Gebara, J. J.; Pinotti, 1997.

implementação, em escala nacional, do SCA, cujo sentido ideológico é acoplar uma totalidade de assentados para a continuação do debate do vir a ser do desenvolvimento das práticas políticas voltadas à cooperativização, já que a CONCRAB limita a participação aos associados. A CONCRAB congregava, em 1996, 45 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's), (tabela 1), 10 Cooperativas Regionais de Comercialização e Prestação de Serviços (tabela 2), dezenas de associações e 8 Cooperativas Centrais de Reforma Agrária nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará e Paraná.

Tabela 1. Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's)

UF	MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	SIGLA	COOPERATIVAS	Nº DE SÓCIOS
BA	ALCOBAÇA	PROJETO 4045	COPRANOVA	COOP. DE PROD. AGROP. NOVA SOCIEDADE LTDA	30
BA	ARATACA	TERRA VISTA	COOPRASUL	COOP. DE PROD. AGROP. CONSTRUINDO O SOL	100
BA	PRADO	1º DE ABRIL	COOPRAUNIÃO	COOP. DE PROD. UNIDOS VENCEREMOS	28
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	FAZ. AMARALINA	COOPAA	COOP. DE AGROP. FAZ. AMARALINA LTDA	128
CE	CANINDÉ	VITÓRIA	COOPAVI	COOP. DE PROD. AGROP. DE VITÓRIA	56
CE	ITAREMA	LAGOA DO MINEIRO	COPAGLAN	COOP. DE PROD. AGROP. LAGOA DO MINEIRO	140
CE	MADALENA	25 DE MAIO	COPAMA	COOP. DE PROD. AGROP. DO ASS. 25 DE MAIO	80
CE	M. TABOSA	SANTANA	COPAGUIA	COOP. DE PROD. AGROP. COPAGUIA	54
ES	ECOPORANGA	VALE OURO	COOPANE	COOP. DE PROD. AGROP. NOVA ESPERANÇA	48
ES	NOVA VENÉCIA	PIP NUK	COOPOAP	COOP. DE PROD. AGROP. ASSEMT. PIP NUK	40
ES	SÃO GAB. DA PALHA	13 DE MAIO	COOPRANOVAS	COOP. DE PROD. AGROP. NOVA SOCIEDADE	45
ES	SÃO MATEUS	VALE DA VITÓRIA	COOPRAVA	COOP. DE PROD. AGROP. VALE DA VITÓRIA	65
MA	VITÓRIA DO MEARIM	VILA DIAMANTE	COOPERVID	COOP. AGROP. DOS PEQ. PROD. DA V. DIAMANTE	72
MS	ANASTÁCIO	SÃO MANOEL	COPAL	COOP. DE PROD. AGROP. CANUDOS	28
PE	ARCO VERDE	PEDRA VERMELHA	COPRAV	COOP. DE PROD. AGROP. PEDRA VERMELHA	30
PE	RIBEIRÃO	SERRINHA	COOPASE	COOP. DE PROD. AGROP. SERRINHA LTDA	20
PE	BONITO	SERRA QUILOMBOS		COOP. DE PROD. AGROP. SERRA DOS QUILOMBOS	30
PE	TIMBAÚBA	PANORAMA	COOPAPA	COOP. DE PROD. AGROP. PANORAMA LTDA	20

PR	LINDOESTE	VERDUM	COPRAC	COOP. DE PROD. AGROP. CAMPONESA LTDA	20
PR	PARANACITY	SANTA MARIA	COPAVI	COOP. DE PROD. AGROP. VITÓRIA LTDA	37
PR	QUER. DO NORTE	PORTAL DO TIGRE	COPACO	COOP. DE PROD. AGROP. CONQUISTA LTDA	31
PR	PITANGA	CASCATA	COPROAG	COOP. DE PROD. AGROP. 5 DE AGOSTO LTDA	20
PR	PITANGA	OTTO CUNHA	COOPROSERP	COOP. DE PROD. E SERVIÇOS DE PITANGA	54

Fonte: CONCRAB, 1996.

Tabela 1 (continuação). Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's)

UF	MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	SIGLA	COOPERATIVAS	Nº DE SÓCIOS
RS	CHARQUEADAS	30 DE MAIO	COPAC	COOP. DE PROD. AGROP. DOS ASSENT. DE CHARQUEADAS	58
RS	ELDORADO DO SUL	IRGA	COPAEL	COOP. DE PROD. AGROP. ELDORADO DO SUL	46
RS	HULHA NEGRA	CONQ. DA FRONTEIRA	COPAU	COOP. DE PROD. UNIÃO LIBERTADORA LTDA	38
RS	JÚLIO DE CASTILHOS	NOVA RAMADA	COOPANOR	COOP. DE PROD. NOVA RAMADA	52
RS	PONTÃO	ANONNI	COPAGRI	COOP. DE PROD. AGROP. SERRANA	15
RS	SALTO DO JACUÍ	RINCÃO DO IVAÍ	COPARIL	COOP. DE PROD. AGROP. RINCÃO DO IVAÍ	54
RS	NOVO BARREIRO	PEQUENOS AGRICULTORES	COOBAPA	COOP. DE PROD. AGROP. BARREIRENSE	650
RS	CONSTANTINA	PEQUENOS AGRICULTORES	COOPAC	COOP. DE PROD. AGROP. CONSTANTINA	700
RS	TRINDADE DO SUL	TRINDADE DO SUL	COOPATRISUL	COOP. DE PROD. AGROP. TRINDADE DO SUL	30
RS	TRÊS PASSOS	PEQUENOS AGRICULTORES	COPEMA	COOP. DE PROD. AGROP. PEQ. E MED. AGRICULTORES	100
RS	SÃO PEDRO	PADRE JOSIMO	COPAES	COOP. DE PROD. PADRE JOSIMO	45
RS	PONTÃO	ANNONI	COOPTAR	COOP. DE PROD. AGROP. CASCATA	70
RS	PIRATINI	CONQUISTA LIBERDADE	COOPAVA	COOP. DE PROD. AGROP. VISTA ALEGRE	46
RS	NOVA SANTA RITA	CAPELA	COOPAN	COOP. DE PROD. AGROP. NOVA SANTA RITA	60
RS	SANTANA LIVRAMENTO	LIBERDADE NO FUTURO	COPAL	COOP. DE PROD. AGROP. LIBERDADE DO FUTURO	54
SC	ABELARDO LUZ	VOLTA GRANDE	COPRANOVA	COOP. DE PROD. AGROP. NOVA SOCIEDADE LTDA	77
SC	ABELARDO LUZ	PAPUÃ II	COOPRAPÃ	COOP. DE PROD. AGROP.	100

				PAPUÃ	
SC	CAMPOS NOVOS	30 DE OUTUBRO	COPAGRO	COOP. DE PROD. 30 DE OUTUBRO	78
SC	DION. CERQUEIRA	CONQ. DA FRONTEIRA	COOPEUNIÃO	COOP. DE PROD. AGROP. UNIÃO DO OESTE	58
SP	ITABERÁ	VÓ APARECIDA	COPAVAL	COOP. DE PROD. "VÓ APARECIDA" LTDA	58
SP	ITAPEVA	PIRITUBA	COPROCOL	COOP. AGROP. DE PROD. COLET. DA ÁREA I DO ASSENT. PIRITUBA	40
SP	PROMISSÃO	PADRE JOSIMO TAVARES	COPAJOTA	COOP. DE PROD. AGROP. PADRE JOSIMO TAVARES	80

Fonte: CONCRAB, 1996.

Tabela 2. Cooperativas Regionais de Produção

UF	MUNICÍPIO	SIGLA	COOPERATIVAS	Nº DE SÓCIOS
PR	CANTAGALO	COAGRI	COOP. DE TRAB. RURAIS E REF. AGR. DO CENTRO OESTE/PR	1.328
PR	LINDOESTE	COARA	COOP. COM. E REF. AGR. DO OESTE DO PR.LTDA	90
RS	HULHA NEGRA	COOPERAL	COOP. REGIONAL DOS ASSENTADOS	870
RS	SARANDI	COANOL	COOP. AGRÍCOLA NOVO SARANDI LTDA	880
SC	ABELARDO LUZ	COOPERJUS	COOP. REG. DE COM. JUSTINO DRASZEWSKI	92
SC	MATOS COSTA	COOPERCON	COOP. REG. DE COM. NOVA CONQUISTA LTDA	192
RS	HULHA NEGRA	COOPTIL	COOP. DE PROD. TRABALHO INTEGRAÇÃO	304
RS	PORTO ALEGRE	CAMAIL	COOP.. AGROP. MISTA DE AÇÃO INTEGRADA	98
SP	PONTAL	COCAMP	COOP. DE COMERCIALIZAÇÃO DO PONTAL	300
PI	SÃO JOÃO	COMASJOSP I	COOP. MISTA DOS ASSENTADOS DE SÃO JOÃO PIAUÍ	130

Fonte: CONCRAB, 1996.

O Sistema Cooperativista dos Assentados visa, enquanto perspectivas, que a produção nos assentamentos acople as seguintes questões:

a) o aproveitamento da grande quantidade de mão-de-obra existente nos assentamentos vai ser feita através das cooperativas de serviço; b) as CPA's continuam sendo a forma superior de organização, mas está claro que elas não agregam toda a mão-de-obra dos assentamentos; c) o que determina as possibilidades de desenvolvimento nos assentamentos não é mais o tamanho do lote (quantidade de terra), mas sim os fatores como: localização (em relação ao mercado), o modelo tecnológico adotado, o volume de capital e o mercado; d) a introdução de agroindústrias nos assentamentos é uma questão estratégica, para o desenvolvimento econômico dos assentamentos e do meio rural no Brasil, envolvendo a juventude e agregando valor aos produtos; e) o Estado tem um papel determinante no desenvolvimento do meio rural. O MST entende que o Estado precisa estar sob o

controle dos trabalhadores e este deve ser um indutor da cooperação, através do crédito, da assistência técnica e da pesquisa; f) neste modelo de Estado os assentados terão dificuldades em conseguir a acumulação primitiva e por isso precisam disputar através da luta política a mais valia social. (Apud. Pasquetti, 1997, p.130)

Essa passagem propicia compreender a cooperação agrícola, internamente à égide organizativa do MST, como uma expressão estratégica para a consecução e materialização das diretrizes do seu projeto de gestão político-territorial. Uma outra questão importante é que existe uma diferencialidade significativa entre a produção e propagação de um discurso e a manifestação/expressão territorial do fenômeno, ou seja, para se compreender as contradições inerentes ao ordenamento territorial da organização cooperativa, internamente ao MST, necessita-se ter como ponto de partida a explicitação paisagística do fenômeno social e não discursos que evidenciam uma configuração genérica e, predominantemente, uma (des)territorialidade.

O Sistema Cooperativista dos Assentados foi concebido tendo como base, basicamente, três objetivos principais, sendo eles:

- **objetivos orgânicos:** refere-se a organicidade do MST, no que tange a garantia da organização dos assentados, ampliando e dimensionando essa participação, qualitativa e quantitativamente, em suas instâncias político-organizativas, além de inserir nessa participação a sociedade local, sindicatos, prefeituras etc.

- **objetivos sócio-políticos:** praticamente refere-se a acoplar a organização da produção, via cooperativização, a um processo mais amplo de resistência à “modernização excludente” e vislumbrar a organização cooperativa como um instrumento de fortalecimento, por meio da idéia de viabilidade econômica, do discurso político-ideológico do MST, atinente ao seu projeto mais amplo de gestão territorial;

- **objetivos econômicos:** referem-se ao desenvolvimento da cooperação agrícola como uma forma de agregar valor a produção, por meio da diversificação e agroindustrialização, e, por conseguinte, concorrer potencialmente no mercado, visando o próprio fortalecimento do MST como um todo.

Para subsidiar o trabalho de base a Confederação elaborou cartilhas que orientam as cooperativas com relação às questões contábil, previdenciária-trabalhista e política. A CONCRAB também promove cursos de capacitação técnica nos assentamentos, como os Laboratórios Organizacionais de Campo (LOC) e os cursos de Formação Integrada na Produção (FIP). Para estruturar essas atividades, em escala nacional, de capacitação técnica, a CONCRAB fundou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e a Escola Josué de Castro, em Veranópolis/RS, que coordena o Curso Técnico de segundo grau em administração cooperativista (TAC), reconhecido pelo MEC.

Os principais desafios no que diz respeito a organização da produção internamente ao MST referem-se basicamente a conscientização dos assentados visando a maximização da propriedade coletiva dos meios de produção, questão esta que perpassa pelo espectro sociocultural dos assentados; além de maximizar e dimensionar a agroindustrialização nos assentamentos de reforma agrária, como forma de agregar valor à matéria-prima. Na tabela 3, temos algumas referências da agroindustrialização nos assentamentos.

A partir de 1995, no que tange a organização da produção inerente à estrutura organizativa do MST, dimensionou-se o processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados; a territorialização das Cooperativas de Produção Agropecuárias e das Cooperativas Regionais de Comercialização e Prestação de Serviços; além do fortalecimento orgânico da CONCRAB e de verticalização de estudos e experiências (como selecionar linhas de produção; discussões atinentes à compreensão da lógica do mercado, etc.) e propagação das agroindústrias e da diversificação da produção. Assim, partindo desse processo cumulativo de experiências, a lógica político-estratégica do MST é construir um sistema que siga uma certa lógica na questão da produção, de controlar qualidades e marcas que tornem-se referência em nível regional e nacional, visando, portanto, o domínio de uma determinada linha de produção. Assim a organização da produção, via cooperativização, não deve ser compreendida apenas como um fenômeno técnico-econômico, mas como uma estrutura socioeconômica que congrega o processo de (re)organização do trabalho e (re)estruturação tecnológica, cuja tendência é a implementação de diversos setores agroindustriais, com a diversificação da produção, visando agregar valor às matérias-primas agrícolas e concorrer potencialmente no mercado, tendo como prerrogativa a sustentação/verticalização político-ideológica intrínseca ao projeto tático-estratégico, internamente aos programas de ação política do MST. A organização cooperativa é entendida como uma forma de organização do trabalho e da produção, cujo objetivo é expressar, enquanto resultados pelo processo de gestão político-territorial em pauta. Ou seja, a cooperação agrícola, internamente ao MST, coloca-se como uma estrutura socioeconômica cuja introspecção volta-se para a própria consolidação da sua sustentabilidade político-ideológica.

Tabela 3 . Agroindustrialização nos Assentamentos.

TIPO - UNIDADE	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO
Beneficiamento do milho	Coop. Central	Cantagalo/PR	Fubá, Biju, Canjica, Farelo (100kg/Hs)
Beneficiamento do milho	ABAPAN	Castro/PR	Fubá – 100 kg/hs, Biju – 120 kg/hs, Canjica 1000kg/hs, Farelo 450kg/hs
Beneficiamento de arroz	ABAPAN	Castro/PR	Arroz – 100kg/hs
Beneficiamento de arroz	Coop. Central	Querência do Norte/PR	Arroz – 720kg/hs
Beneficiamento de erva-mate	Coop. Central	Santa Maria do Oeste/PR	Erva-Mate – 3500 E.Verde/Hora
Abate e transf. de suíno/bovino	Coop. Central	Lindoeste/PR	80 suínos ou 40 bovinos (8 H – dia)
Abate e transformação de suíno	COOPAIL	Ibirubá/RS	Suíno – 6 animais/dia
Resfriamento de leite	COOANOL	Sarandi/RS	Leite – 13.000 L/dia
Beneficiamento de café	COOPRAVA	São Mateus/ES	Café – 100 sc./dia
Beneficiamento de mandioca	Ass. N. Sra. Rosário	Prado/BA	Farinha de Mandioca (1200 Sc/Mês)
Beneficiamento de cana-de-açúcar	Ass. N. Sra. Rosário	Prado/BA	Aguardente – 12.000 L/Mês
Beneficiamento de leite	COOPAGUIA	Minsenhora Tabosa/CE	Queijo – 242 Kg/Safra
Beneficiamento de mandioca	COOPAGLAN	Itarema/CE	Farinha de Mandioca –

			439 T/Ano
Beneficiamento de mandioca	Assoc. Central	Touros/RN	Farinha de Mandioca – 3600 Kg/dia

Fonte: CONCRAB, 1996.

As Formas de Cooperação Agrícola da Estrutura Organizativa do MST.

Durante todo o período de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados, consubstanciado e verticalizado na fundação da CONCRAB, diversas são as formas de cooperação agrícola, ou seja, a inserção dos assentados na seara dessa (re)organização do trabalho e da produção expressa-se enquanto um prisma de diferencialidades, que devem ser compreendidas tanto do ponto de vista da estrutura política e organizativa do MST, como da própria diversidade concernente ao espectro sóciopolítico e cultural dos assentados. Assim, a importância da compreensão da contradição inerente à essa diferencialidade em pauta diz respeito a necessidade de considerar o conjunto de relações e mediações que dão conformação ao ordenamento territorial da cooperativa e a identificação da diferencialidade de inserção dos assentados no processo cooperativo, no que tange à organização coletiva ou individual do trabalho, - enraizada à concepção de gestão coletiva ou individual da terra - que, por sua vez, está imbricada às concepções socioculturais dos assentados.

A materialização e o assentamento territorial das diversas formas de cooperação agrícola são influenciadas/ “determinadas” pelas condições *objetivas e subjetivas* dos assentados, sendo que as condições *objetivas* referem-se ao nível de acumulação, de condições concretas para determinado tipo de produção (condições morfoclimáticas, aparato tecnológico, estrutura produtiva, divisão do trabalho etc.), e as condições *subjetivas* referem-se ao grau de consciência política do assentado, vinculado à sua concepção de mundo e práxis social.

As formas de cooperação agrícola nos assentamentos vinculados à égide organizativa do MST são as seguintes (CONCRAB, 1996):

a) Grupos de Famílias: Direcionada a assentamentos no qual os assentados já estão estabelecidos de forma individual, tendo dificuldades em evoluir para experiências associativas consideradas mais avançadas. O núcleo de produção é uma fusão de, no mínimo, sete famílias. Como a terra e os instrumentos de produção estão sob o controle individual, o planejamento da produção é realizado individualmente. Normalmente as moradias localizam-se nos lotes individuais, sendo que há a necessidade legal autônomo para a formação dos grupos. De acordo com o vislumbre do MST, com o tempo, o grupo de produção familiar deve evoluir para um outro estágio, dito mais avançado, da organização da produção.

b) Associação ou grupo de máquinas: É formada por pessoas que se organizam em conjunto com a finalidade de adquirir um trator ou outro equipamento de produção. A associação tem personalidade jurídica, com estatuto, regimento interno e seus associados estabelecem uma forma de administração desse instrumento de produção para que o conjunto se beneficie de sua utilidade. Segundo o MST, a associação de máquinas é uma das experiências mais desenvolvidas em seus assentamentos (CONCRAB, 1996). Como a terra permanece como lote individual, isso significa que o planejamento da produção ocorre de forma individual, mas todos investimentos feitos na associação estão sob o controle da associação e as moradias, geralmente, são

construídas nos lotes individuais.

c) Grupo de produção semicoletivizada (semicoletivos): Essa forma de organização predominou durante o período de 1985-1988 nos assentamentos. Essa forma de organização apresenta em sua essência um grau de oscilação constante, sendo que ou ele avança para um nível maior de coletivização ou retrocede para uma individualização cada vez maior do processo de produção e a dificuldade maior apresentada refere-se a conciliação dos interesses coletivos e individuais. Uma parcela do lote é destinada para o uso coletivo e uma outra parcela é dedicada para o uso individual, sendo que parte do planejamento da produção e o investimento é feito de forma coletiva e outra parte de forma individual. As moradias, geralmente, são construídas em formas de agrovilas. Esses grupos de organização geralmente funcional na informalidade, ficando a elaboração de um regimento interno em condição optativa. Para o MST essa forma de organização já expressa um “avanço” para as formas mais avançadas de coletivização.

d) Grupo de produção coletivizada (coletivos): Esses grupos expressam em sua organização uma disposição em estabelecer o processo de produção de forma coletiva. O título de propriedade ou concessão de uso da terra, geralmente, permanece em nome do indivíduo membro do grupo, mas a terra fica sob o comando do coletivo, restando uma determinada parcela destinada à subsistência do indivíduo. O planejamento e os investimentos direcionados a produção ficam sob égide do coletivo. Os grupos são organizados por setores de produção e a distribuição, organização e especialização da mão-de-obra se dá através dele. Normalmente as moradias são construídas em forma de agrovilas.

e) Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços (CPS's): Esse tipo de cooperativa tem por finalidade organizar o processo de compra e venda da produção e de bens de consumo para os associados, além da possibilidade de implantar agroindústrias para beneficiar a produção nos assentamentos e, tendo como base estudos direcionados à viabilidade econômica, definir as linhas de produção a serem desenvolvidas e elaborar um planejamento centralizado da produção vinculada à cooperativa.

g) Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's): Foram implantadas, dentro do processo cumulativo de experiências internamente à estrutura sóciopolítica do MST, a partir de 1989 e são consideradas pelo Movimento como uma forma superior da organização da produção, o seu estágio mais avançado. O que diferencia a Cooperativa de Produção Agropecuária de um grupo de produção coletivizado ou de uma associação é sua personalidade jurídica, porque ao ser registrada como uma empresa cooperativista passa a ser regida pela legislação cooperativa brasileira. A terra permanece sob o controle do coletivo, ficando apenas uma parcela dedicada à subsistência do associado e o planejamento do processo produtivo é inerente à expressão organizativa da CPA. A organização/divisão do trabalho se dá, internamente, por meio dos setores de produção e serviços, como os setores de grão, animal, de máquinas e o setor administrativo. O planejamento da produção é coletivo e baseado em estudos técnicos que definem as linhas de produção e a ordem de prioridades a serem implantadas. No tange à moradia, estas são construídas sob forma de agrovilas. Quanto à estrutura organizacional, a CPA geralmente é gerenciada por um Conselho de Administração ou Deliberativo ou, ainda, Coordenação. Cada CPA define sua instância representativa, composta por um membro de cada setor de produção e serviço. Dessa instância é escolhido um Conselho Diretor ou uma Diretoria Executiva. O órgão máximo deliberativo de poder dentro da estrutura de uma CPA é a

Assembléia Geral da Cooperativa.

A estruturação das diversas formas de cooperação agrícola, internamente ao processo de verticalização político-territorial do MST, pode ser dividida em 4 fases:

- 1ª Fase (1980-1986): predomínio dos grupos coletivos, sendo um período caracterizado pela forma de cooperação simples, que procuram reunir os interessados em grupos de 10 a 30 famílias;
- 2ª Fase (1987-1989): período em que predominou as associações, que podiam ser de dois tipos: grupos que trabalhavam coletivamente ou grandes associações com todos os interessados do assentamento;
- 3ª Fase (1989-1992): período caracterizado pelo desenvolvimento das formas de organização da produção, com a criação do SCA e, posteriormente, da CONCRAB;
- 4ª Fase (1992-1997): período caracterizado pelo predomínio das cooperativas, mantendo e incentivando à diversidade de formas de organização do trabalho (coletivo ou individual), com a consolidação do processo de agroindustrialização, tendo como objetivo central agregar valor à produção, por meio da diversificação da produção e, por conseguinte, concorrer potencialmente no mercado.

Faz-se necessário ressaltar que a hegemonia da propriedade individual pauta-se na própria essência sociocultural dos assentados. Num primeiro momento, o MST negava, enquanto expressão tático-estratégica o assentamento dessa lógica calcada na propriedade individual, mas com o tempo, principalmente após a estruturação e consolidação da CONCRAB, o MST alterou o seu discurso, incentivando e reconhecendo a materialização dessa lógica, já que a relação entre o discurso anterior e sua expressão territorial era dispare e contraditória, pois era um discurso da direção do MST. Atualmente sua estratégia é que, paulatinamente, os assentados percebam a inviabilidade da propriedade individual e passem a reconhecer na propriedade coletiva uma forma não só de viabilidade econômica, mas como uma forma de sustentabilidade político-ideológica.

Considerações finais.

O processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados deve ser compreendido no âmago da dinâmica de territorialização e espacialização do MST no Brasil, sendo que esse apresenta-se, em sua essência, como expressão tático-estratégica inerente ao projeto mais amplo de gestão político-territorial do MST, dimensionado e desenvolvido no interior de um processo cumulativo de debates e experiências inerentes à verticalização e consolidação político-ideológica do MST. Assim, a organização cooperativa atinente à estrutura/lógica organizativa do MST não deve ser compreendida restritamente à sua faceta econômica, da produtividade, do aparato tecnológico, mas como expressão do próprio ordenamento territorial intrínseco à condição estratégica de sustentação política em pauta, no qual, a partir de resultados concretos este (MST) busca solidificar sua própria organicidade.

Bibliografia.

- BOITTO JR., A. *Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil*. In: Crítica Marxista. São Paulo: Brasiliense. V.1, nº3, 1996, p.80-105.
- CODAS, Gustavo. *A reforma trabalhista neoliberal*. Quinzena, nº243, 15 de mar.1997.
- *CONCRAB: quatro anos organizando a cooperação*, São Paulo: Revista Concrab, 1996.
- *ECONOMIA mundial muda cooperativismo*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 23 de nov. 1994.
- DUDA, Manoel Messias. *Organizar a comercialização dos assentados da COCAMP: o estudo de caso dos assentamentos Santa Clara, Estrela Dalva e Bom Pastor*. Trabalho de conclusão do Curso Técnico de Administração de Cooperativas. Veranópolis, 1997.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: Formação e territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FUOCO, Taís. *Cooperativas: os dois lados da moeda. As formas de trabalho cooperado criam polêmica sobre o futuro do emprego no Brasil e as garantias sociais dos trabalhadores*. Quinzena, Jun. 1996.
- *LARANJA: do suor ao suco*. Quinzena, nº 160, mar. 1996.
- LÊNIN, V.I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LOPES, Luís Carlos. *Linhas de crédito beneficiam sem-terra*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 4 de Maio de 1997.

- MOURA, Ronaldo de. *Cooperativas de trabalho: inclusão social ou precarização do emprego?* Revista Interação.
- OLIVEIRA, A.U. *Agricultura e Indústria no Brasil*. Boletim Paulista de Geografia, nº58. São Paulo: AGB, 1981.
- PASQUETTI, L. A *A empresa social no contexto do terceiro setor: um estudo do MST*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1997.
- PEREZ, Luís. *Cooperativa é opção contra desemprego*. O Estado de São Paulo, São Paulo.
- PIMENTEL, Andréia Eloiza Bueno. *Diversificação e agroindustrialização em cooperativas de produção agropecuária: um estudo sobre a reestruturação produtiva-organizacional*. UFSCAR: Projeto de Dissertação de Mestrado.
- PRADO JR., C. *A questão agrária no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- *PRODUÇÃO alternativa, diferente e de oposição*. Revista Sem Terra, nº1, jul./ago./set., 1997, p.17 e 18.
- *REFORMA agrária e o MST*. Seminário, INCA, mar. 1992.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SHANIN, T. *Campesinos y sociedades campesinas*. Fundo de Cultura Econômica, México, 1975. p-214-236.
- SILVA, J. G. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- SILVA, Paulo Roberto Correia da; GEBARA, José Jorge; PINOTTI, Luís Rodrigo. *Direito sonogado: o caso das cooperativas de trabalhadores rurais*. Brasília: INESC, nº 30, 1997.
- STÉDILE, J.P. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.
- THOMAZ JR., A. *Por trás dos canaviais, os (nós) da cana. (Uma contribuição para o entendimento da relação capital x trabalho e do Movimento Sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.

DOCUMENTO

AS MENTIRAS DO GOVERNO FHC SOBRE REFORMA AGRÁRIA

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

O governo tem se especializado em fazer propaganda e mentir para a opinião pública. Como não quer resolver os problemas sociais, prefere o caminho mais fácil, ou seja, o da enganação.

Veja o resumo das muitas mentiras que o governo FHC e seu ministro Raul Jungmann Pinto têm dito na imprensa para enganar a opinião pública nacional.

1. Sobre o imposto territorial rural (ITR): “Vamos arrecadar, em 1997, R\$ 1,2 bilhões em ITR” (dez/96).

A verdade: o governo levou mais de um ano apenas para aprontar as guias, que foram enviadas em dezembro/97. O imposto somente foi recolhido em janeiro/98. Valor recolhido: R\$ 206 milhões.

2. “Vamos fazer uma reforma agrária com base no imposto. Uma verdadeira revolução agrária.”

A verdade: Até hoje, não se tem nenhuma notícia de que algum latifundiário tenha vendido sua propriedade por que achou o ITR muito pesado. Ao contrário, se considerarmos que no Brasil existem 300 milhões de hectares classificados no Incra como grande propriedade improdutiva e, portanto, passível de pagamento de imposto, e que esse imposto recolheu R\$ 200 milhões, deduz-se que cada latifundiário pagou em média apenas R\$ 0,80 por hectare, ou seja, menos que uma Coca Cola por ha/ano.

Por outro lado, pode-se comparar o peso do ITR com o IPTU na cidade de São Paulo. Apenas um bairro de São Paulo paga por ano 250 milhões de reais.

3. “Todas as terras de grandes devedores do Banco do Brasil serão utilizadas para reforma agrária.”

A verdade: Em audiência com o MST, em julho/95, o presidente FHC prometeu que todas as terras dos 3 mil fazendeiros – maiores devedores do Banco do Brasil –, que deviam mais de R\$ 5 bilhões ao Tesouro, especialmente dos usineiros, seriam cobradas em terras e destinadas a reforma agrária. As únicas terras do Banco do Brasil que foram entregues foi porque o MST ocupou. E em alguns lugares, como em Santa Catarina, o Banco realizou o despejo.

4. “Temos um grande estoque de terras para distribuir. Inclusive dois milhões de hectares do INSS.”

A verdade: Até hoje, o governo não distribuiu nenhuma fazenda de propriedade do INSS, recolhida de devedores, mas existem, em todo o País, cerca de 290 acampamentos, com mais de 50 mil famílias, esperando o famoso estoque de terra do governo, que não aparece.

5. “O MST, como outros movimentos sociais, são importantes parceiros da reforma agrária.”

A verdade: Mas, ao mesmo tempo, determina que todo funcionário do Incra que negociar com o MST será demitido. Que em todas as atividades que envolvem o MST será chamada a Polícia Federal, como de fato tem acontecido. Denunciou 40 lideranças do MST que já seriam assentados e, portanto, absurdamente não teriam o direito de estar no MST! Além disso, o ex-ministro da Justiça e atual presidente do Incra, Milton Seligmann, move uma ação criminal contra João Pedro Stédile, por incitação aos pobres na cidade a se organizarem.

6. “Não faltarão recursos para os assentados e para a reforma agrária, pois é prioridade do governo.”

A verdade: No orçamento da União, aprovado para 98, consta apenas R\$ 2,2 bilhões para reforma agrária. É o menor orçamento de todos os ministérios. Mas, para os bancos, o governo previu no orçamento da União o pagamento de R\$ 71 bilhões em juros! E o que é mais ridículo: o próprio Incra havia pedido, para o orçamento deste ano, R\$ 326 milhões para implantação de assentamentos, mas o Ministério da Fazenda cortou para R\$ 280 milhões. O Incra pediu R\$ 557 milhões para Procerá, o governo cortou para R\$ 265 milhões. O Incra pediu R\$ 107 milhões para assistência técnica, o governo cortou para R\$ 17 milhões. Essa é a prioridade.

7. “Nenhuma família que ocupar terra será assentada.”

A verdade: O governo baixou um decreto em que determina que não desapropriará nenhuma fazenda ocupada, nem assentará nenhuma família que ocupar. Esse decreto é inconstitucional, porque a Constituição diz que não podem ser desapropriadas apenas as fazendas pequenas, médias e produtivas. O governo quer evitar que o povo lute. E, ao mesmo tempo, desconhece o acórdão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que definiu que ocupação de terras feitas por movimento social, para pressionar a reforma agrária, não pode ser tratada como esbulho possessório. Portanto, não é crime. Já pensaram se o governo agisse assim

também com todos os proprietários que ocuparam, grilaram terras? Começando pela Aracruz Celulose!

8. “Os assentados são funcionários públicos, vivem do dinheiro publico.”

A verdade: Nenhum assentado recebe dinheiro de graça. Pior, apenas 40% dos assentados receberam Procera. E o Procera é empréstimo. Tem subsídio, mas os fazendeiros também recebem subsídios. Os usineiros, os exportadores e os investidores estrangeiros também recebem subsídios e nunca o governo federal os chamou de funcionários públicos. Se é tão pejorativo ser funcionário público, porque o pessoal do PSDB-PFL insiste tanto com cargos públicos, estes sim, pagos por todos nós?

9. “O preço da terra caiu por causa da ação do governo na reforma agrária.”

A verdade: O preço da terra no Brasil caiu, em média, 50%, mas o motivo dessa queda foi a redução da rentabilidade da atividade agrícola. Segundo as leis econômicas do capitalismo, o preço da terra está diretamente relacionado com a possibilidade da renda da terra. Como caiu a rentabilidade, caiu o preço. Não tem nada a ver com a reforma agraria. Ao contrário, as negociatas do Incra e as falsas desapropriações fizeram os preços da terra subir em diversas regiões de fronteira agrícola, pois o Incra é o único comprador.

10. “O governo assentou 180 mil famílias em três anos.”

A verdade: Em relatórios internos do Incra aparece, claramente, que cerca de 65% dessas famílias localizam-se em regiões de fronteira agrícola. E o próprio governo admite que no mínimo 45 mil famílias eram posseiros e que suas áreas foram só regularizadas. A contradição pode ser medida pelo volume de recursos gastos no Procera. Cada família tem direito a receber R\$ 9.500 de Procera – entre custeio e investimento – quando é assentada.

Nesses três anos, o governo gastou apenas R\$ 180 milhões em Procera, que, divididos por R\$ 9.500, daria em torno de 20 mil famílias beneficiadas. Mesmo o crédito para habitação, segundo os dados do próprio Incra, beneficiaram apenas 49 mil famílias. Portanto, se foram assentadas 180 mil famílias, há, no mínimo, 131 mil famílias morando em barracos, sem casa.

11. “O governo FHC foi o que mais fez pela reforma agrária na história do Brasil.”

É verdade. Foi o que mais assentou, embora poucas famílias. Acontece que os outros governos não fizeram nada. Ao mesmo tempo, foi no governo FHC que houve o maior desassentamento. Cerca de 400 mil famílias de pequenos agricultores perderam suas terras por causa da política agrícola do governo. Foi no governo FHC que 1,2 milhões de assalariados rurais perderam seus empregos. Foi no governo FHC que aconteceram as duas maiores

chacinas de sem-terra: 11 pessoas em Corumbiara e 19 em Eldorado do Carajás. É campeão em tudo!

12. “Não permitiremos a violência no campo.”

A verdade: O governo faz vistas grossas à formação de milícias no campo. Durante o governo FHC foram assassinados 132 trabalhadores rurais. Nenhum fazendeiro, ou melhor, ninguém está preso por esses crimes. A Polícia Rodoviária do MS prendeu um caminhão –com adesivo do movimento de produtores rurais – carregado de armas e munição. Ninguém foi preso. Quem são os violentos? O governo prometeu fazer desarmamento. Até hoje só revistou acampamento de sem-terra e nunca encontrou nada. Mas nenhuma fazenda foi revistada. E os jornais publicam, todos os dias, fotos de pistoleiros armados.

13. “Os assentados pegam o dinheiro público, desviam para o MST e não pagam.”

A verdade: O Banco do Brasil revelou, na última reunião da comissão do Proceca, que o grau de inadimplência entre os assentados nos últimos três anos foi de 0,73%. Portanto, menos de um por cento. Já entre os grandes proprietários o grau de inadimplência é de 75%. O governo ameaçou fazer auditoria nas cooperativas e abrir processo contra desvios. Até agora, nunca foi encontrado nenhum desvio.

14. “O BNDES terá um bilhão para reforma agrária.”

Na verdade, o governo criou o tal Banco da Terra, que é apenas uma linha de crédito fundiário para filhos de médios produtores. Nem é reforma agrária, nem é para sem-terra. Mas, o que é pior: nem existe o tal dinheiro. Existe apenas, agora, a lei.